

Inês Maria Andrade Marques

A Sereia, a Varina e o Governador de Macau

INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS DE CASAS
ECONÓMICAS DE LISBOA

Setembro de 2003

BREVE INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste no estudo de um programa de habitação social e dos seus bairros, quanto à natureza dos espaços públicos e das intervenções artísticas que neles se implantaram. O programa de habitação social em questão é o Programa de Casas Económicas implementado em 1933, no quadro da consolidação do Estado Novo português.

Neste trabalho estudam-se os primeiros quinze anos da vida do programa, e os bairros então construídos, averiguando qual o tipo de espaço público edificado e rastreando-se obras de arte pública nele existentes. O espaço público nas tipologias presentes nestes bairros (rua, alameda, praça), é entendido como objecto de um planeamento intencional e estudado especificamente como suporte das intervenções artísticas.

Apesar da presente investigação se debruçar sobre a relação entre espaço público e obras de arte, a necessidade de um entendimento mais aprofundado do fenómeno em estudo implicou privilegiar uma análise ampla no que toca às circunstâncias sociais e políticas que enquadraram o surgimento do Programa de Casas Económicas, bem como as políticas urbanas na cidade de Lisboa, determinantes na construção dos vários bairros.

Assim, são objectivos do presente trabalho: a compreensão dos condicionalismos demográficos que supostamente motivaram a implementação do Programa de Casas Económicas; o estudo aprofundado deste programa quanto à sua evolução e (in)eficácia na resolução da crise habitacional da época; o entendimento das políticas urbanas e dos seus tempos de actuação ao longo da vida do programa; o estudo do processo de construção dos bairros de casas económicas e das instituições nele intervenientes; o estudo das ideologias que fundamentaram todo o processo e, naturalmente, o estudo dos seus espaços públicos existentes e das obras de arte neles implantadas.

Tomam-se como casos de estudo o Bairro do Alto da Serafina, o Bairro da Madre de Deus e o Bairro da Encarnação, iniciados respectivamente em 1933, 1939 e 1940, analisando os seus espaços públicos e as intervenções artísticas que o povoam no momento presente, já que, contrariamente ao processo de construção dos bairros que é mais facilmente “datável”, a colocação de obras de arte nos espaços públicos é geralmente muito posterior à construção do bairro e ocorre esporádica e imprevisivelmente¹.

É feita ainda uma breve abordagem aos processos de apropriação simbólica dos espaços dos bairros por parte dos seus habitantes, nomeadamente nas fachadas das casas e nos jardins,

¹ O espectro temporal da presente análise estende-se assim desde o momento da implementação do Programa, em 1933, até aos nossos dias.

que se entendeu serem de relevância para o entendimento global do espaço na sua dimensão estética e simbólica.

METODOLOGIAS

As metodologias usadas foram as metodologias Cer Polis, designadamente a vivência directa e observação do espaço urbano, e o registo fotográfico dos elementos em estudo, com vista à realização de uma breve inventariação e à construção de quadros espacio-temporais. A recolha de informação verbal junto dos moradores dos bairros em estudo foi também usada.

Recorreu-se a metodologias tradicionais de investigação, como a pesquisa bibliográfica de fontes primárias (propaganda da época e, principalmente, legislação) e secundárias (estudos sobre habitação social) em bibliotecas e arquivos.

Uma das limitações encontradas durante a realização deste trabalho foi o encerramento temporário do Arquivo do Alto da Eira, onde se encontram os projectos e memórias descritivas dos bairros em estudo.

SINOPSE DE CONTEÚDOS

O primeiro capítulo é dedicado à descrição do trabalho de inventário realizado em equipa, no âmbito do desenvolvimento do Projecto Monere em Lisboa.

No segundo capítulo estuda-se do ponto de vista político e social o Estado Novo português. Este regime autoritário é enquadrado no contexto europeu, referindo-se algumas das suas mais importantes linhas de acção, nomeadamente as políticas culturais e de obras públicas.

No terceiro capítulo, o subcapítulo 3.1 descreve o aumento dos níveis demográficos da cidade de Lisboa, e das suas áreas limítrofes, relacionando-o, ainda que sumariamente, com fixação das populações na estrutura urbana.

No subcapítulo 3.2 pretende-se caracterizar a nova política urbana municipal, na cidade de Lisboa, implementada pelo Estado Novo. Enunciam-se as mais importantes medidas tomadas e refere-se como é que estas contribuíram para o estabelecimento de uma política sistemática de habitação social, com o surgimento do Programa de Casas Económicas de 1933.

O subcapítulo 3.3 é dedicado ao esclarecimento dos moldes em que se propôs inicialmente e se procurou levar a cabo o Programa de Casas Económicas de 1933. Trata-se da visão inicial, ideal e abstracta do programa, que se veria mais tarde contrariada por circunstâncias sociais e políticas.

No subcapítulo 3.4 analisa-se a evolução do programa sofrida até finais da década de 40, já que, logo nos primeiros anos, se começa a verificar a insuficiência dos pressupostos iniciais para colmatar as carências de habitação, sendo criados, ao longo do tempo, dois novos programas que lhe foram complementares. Dividiu-se este subcapítulo em três partes, que correspondem, aos momentos de viragem na evolução do programa: e que tiveram início em 1938; em 1943 e 1945.

O capítulo 3.5 dedica-se ao estudo dos processos de construção dos bairros de casas económicas levando em conta a articulação entre os momentos de parcelamento, urbanização e edificação, que, na metodologia do Laboratório de Urbanismo de Universidade Politécnica de Barcelona, se considera responsável pelo crescimento urbano da cidade. Refere-se sinteticamente um modelo de edificação de bairros de casas económicas como as excepções a esse mesmo modelo.

No capítulo 4 pretende-se abordar a questão dos espaços públicos e das intervenções artísticas em três bairros de casas económicas que se tomaram como casos de estudo. Estes bairros são: o Bairro do Alto da Serafina iniciado em 1933, o Bairro da Madre de Deus iniciado em 1939 e o Bairro da Encarnação iniciado em 1940.

No subcapítulo 4.1 faz-se uma descrição crítica da forma que adopta em planta o espaço público de cada um dos três bairros em estudo e de alguns elementos que o povoam e um comentário comparativo final.

No subcapítulo 4.2 faz-se um breve inventário descritivo das intervenções artísticas encontradas nos três bairros, e, novamente, um comentário comparativo final.

No subcapítulo 4.3 fazem-se algumas considerações sobre os processo de apropriação simbólica através de intervenções de carácter estético e simbólico nos espaços transitórios das casas, espaços limite entre privado e público, feitas pelos próprios habitantes dos bairros.

Justificação e limites do tema em estudo na presente investigação

O período de realização do inventário e a intensa vivência da cidade de Lisboa permitiu uma importante tomada de consciência relativamente ao espaço público e às intervenções artísticas que nele se encontram.

Por um lado, a experiência atenta dos vários espaços públicos permitiu observar como estes influem na forma como as pessoas interagem, determinando as suas vivências. Por outro, a experiência da cidade possibilitou a apreensão das relações existentes entre as intervenções artísticas e os espaços públicos que as alojam, e os processos institucionais que determinam a sua escolha e implantação.

O acto de inventariar e relacionar a arte no espaço da cidade revelou uma dimensão da expressão artística largamente descurada pelas disciplinas que tradicionalmente se dedicam ao estudo do fenómeno artístico, como a História da Arte, e ao estudo do fenómeno urbano, como a História do Urbanismo. A arte pública, ao serviço do poder vigente em cada momento, funde-se na vida e nos espaços do quotidiano, nomeadamente nas áreas residenciais.

A observação e vivência da cidade despertou a curiosidade e o interesse por estas áreas tão características, os bairros de habitação social. De uma forma geral, os bairros de habitação social são imediatamente identificáveis porque são espaços uniformizados e monótonos, como cenários, pontuados, por vezes, por elementos escultóricos.

Como se sabe, os programas de Habitação Social constituem casos específicos do mercado habitacional e uma forma particular de fazer cidade. São programas geralmente controlados pelos poderes públicos, que visam dar resposta ao problema de habitação para os cidadãos que não têm acesso aos meios normais de aquisição.

A construção dos bairros de Habitação Social resulta da procura de um compromisso entre verbas despendidas e qualidade do espaço edificado. Um projecto urbanístico oficial, dirigido a um grupo social específico, determina em grande medida, à partida, todo o conjunto a edificar, nomeadamente, a natureza dos seus espaços públicos. Fica em aberto a colocação de obras artísticas, situação que geralmente ocorre mais tarde.

Os valores estéticos que orientam a concepção urbanística e arquitectónica do bairro, e os elementos artísticos e simbólicos que pontuam o seu espaço e quotidiano reflectem as ideologias dos governos que os promovem. (Fig. 15,16,17)

As políticas de habitação social em Lisboa afiguram-se como um enorme campo de estudo, impossível de abarcar no presente trabalho. Houve portanto a necessidade de estabelecer critérios e de balizar o momento em análise da história da habitação social.

O presente estudo concerne especificamente os bairros construídos no âmbito do Programa de Casas Económicas de 1933, no seu período inicial. Este foi o primeiro programa de habitação social com uma aplicação sistemática em Portugal. O estudo que se leva a cabo sobre o programa responde à necessidade de entender a motivação, os pressupostos e os valores que determinaram o seu espaço público e as intervenções artísticas que neles se implantam.

O aprofundamento, ainda que breve, do tema revela que este campo de estudo - arte para espaços públicos de áreas residenciais, e especificamente para bairros de habitação social - tem sido largamente negligenciado na investigação académica, pelo que creio poder contribuir para o preenchimento desta lacuna teórica.

A forma como me proponho desenvolver o tema está claramente influenciada pela abordagem ampla das obras de arte usada na realização do inventário, visando uma leitura mais abrangente e uma perspectiva interdisciplinar que considera factores históricos, urbanísticos, arquitectónicos e sociais.

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO NOVO

Portugal na Europa no início do século XX e o surgimento dos regimes fascistas

Portugal é um país periférico no continente europeu. Nos anos 30 era um país atrasado e pobre, onde se estava em vias de estabelecer a ditadura de índole fascista mais longa da Europa.

O processo que conduziu à instauração deste regime autoritário – o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, o estabelecimento de uma ditadura militar e a evolução no sentido da sua consolidação definitiva, consagrada com a Constituição de 1933- pode inserir-se na vaga de reacções autoritárias, que despontavam em vários países europeus na mesma época².

Face ao estado de desgaste do sistema liberal, a opção por sistemas autoritários tinha ganho grande relevância nos países europeus mais periféricos, como Portugal, onde a economia era frágil e o sistemas liberal ainda não se tinha consolidado para responder aos desafios da crise³. Os defensores destes regimes recusavam todo o programa liberal: uma organização política assente na democracia, no sistema partidário e parlamentar; rejeitavam um sistema económico assente no livre jogo das forças de mercado e opunham-se veementemente aos valores ideológicos do racionalismo e do positivismo que tinham orientado a burguesia optimista e empreendedora do século XIX.

O período que sucedeu à I Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1929 favoreceram a difusão rápida das ideologias fascistas ou fascizantes na Europa, enveredando portanto por uma visão simultaneamente anti-liberal e anti-socialista do que deveria ser a nação. Os movimentos fascistas caracterizavam-se por uma visão corporativista e totalitária, sujeitando os interesses individuais e colectivos ao bem da nação, que era decidido e interpretado por um chefe de Estado dotado de um poder quase absoluto de controlo e decisão.

O Estado Corporativo assentava teoricamente na recusa do indivíduo isolado, e na valorização das instituições consideradas naturais, espontâneas, na sociedade, onde o indivíduo se devia integrar. Estas instituições hierarquizavam-se face ao interesse da nação, sendo a família a unidade mais pequena reconhecida pelo Estado. O topo desta hierarquia era ocupado pelo Chefe de Estado⁴, que devia governar o país segundo os interesses da nação.

As doutrinas fascistas acabaram por estabelecer-se como regimes de facto em vários países, apresentando variações de acordo com as especificidades de cada país e com as várias alianças que se fizeram, matizando a doutrina inicial aos interesses de circunstância e aos grupos sociais a quem se procurava agradar.

² Fernando Rosas em SERRÃO, Joel e A.H. De Oliveira Marques (dir.)(1990). *Nova História de Portugal*, vol XII, Fernando Rosas (coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, Lisboa, p 9

³ Fernando Rosas (1992), op.cit. p11

⁴ Em Portugal era ao Presidente do Conselho de Ministros a quem competia, na prática, o governo da nação

O fascismo em Portugal

Em Portugal, país pouco desenvolvido industrialmente, predominava um importante sector rural e um florescente comércio colonial

Seguindo um percurso semelhante ao de outros países europeus também em Portugal se assiste, após um período de democracia parlamentar que tinha conduzido a uma situação de crise económica e de pobreza generalizada, ao estabelecimento de uma ditadura fascista.

Em 1926 dá-se um golpe militar, liderado por Gomes da Costa. Este golpe militar não se tinha ainda enquadrado numa doutrina ideológica definida, respondendo antes a uma vontade de ruptura com o governo anterior que era partilhada por várias correntes políticas. Tratava-se de uma força heterogénea, que agrupava várias correntes políticas de orientações várias e que, nos anos que se seguiram ao golpe de estado tentaram, cada uma delas por si, encaminhar o futuro do país.

Entre as várias correntes que influiriam directa ou indirectamente no regime que se viria a estabelecer devem destacar-se: a dos militares, republicanos conservadores; a da direita fascista radical e a corrente em que se inseria Oliveira Salazar que tomaria mais tarde o controlo do poder.

Os militares conservadores eram republicanos que viam no sistema democrático e no liberalismo económico a melhor solução para o futuro do país, reconhecendo contudo as incapacidades e limitações da I República e defendessem a necessidade de uma “purga ditatorial” temporária para a extirpar dos males herdados da má gestão da primeira experiência republicana.

Os adeptos da direita fascizante, entusiasmados com a ditadura de Benito Mussolini⁵, advogavam a manutenção da ditadura militar como solução duradoura, embora orientada no sentido de um posterior regime autoritário e corporativo.

A corrente em que se inseria Oliveira Salazar também se definia como um movimento de recorte fascista, mas de feição conservadora e orientada por rigorosos princípios jurídicos e valores morais de inspiração católica.

Esta corrente visava a constitucionalização do regime a breve trecho, manifestando um verdadeiro horror à desordem revolucionária e à violência desenfreada que seduzia os movimentos fascistas radicais. Na prática, como veremos, esta seria a corrente que levaria a melhor, uma doutrina de compromisso, que incorporava as duas correntes rivais, buscando um ponto de convergência sem abdicar do essencial das suas premissas.

Enquanto desempenhava o cargo Ministro das Finanças, Salazar encetou o trabalho de construção do corpo doutrinário fundamental em que assentariam as grandes directrizes de todo o programa político, económico e constitucional do que viria a ser o Estado Novo.

A formação moral e jurídica de Salazar e dos seus apoiantes próximos e a política de alianças com sectores rivais que se decide tomar foram alterando a ortodoxia fascista no que viria a ser

⁵ Fernando Rosas (1992), op.cit. p 88

o Estado Novo português. Salazar leva avante a sua doutrina e acede ao cargo de Primeiro Ministro em 1933 sendo Presidente da República, Óscar Fragoso Carmona.

Com grande destreza semântica e retórica Salazar teve a habilidade de agregar no seio do seu movimento elementos de várias facções e de produzir, através de soluções de compromisso que não prejudicavam no essencial as suas convicções, um corpo doutrinário suficientemente maleável que se manteria como o enunciado formal do Estado Novo durante muitos anos. Este corpo doutrinário apresentava grandes contradições internas inclusivamente no que respeita a valores-chave do fascismo e do corporativismo⁶.

Em Portugal as elites detentoras do poder económico não tardaram em apoiar esta doutrina em que um Estado Forte, regulador e protector da produção nacional se regia em simultâneo pela moral e pela ordem afins aos seu gosto conservador.

Os anos 30 foram assim, em Portugal, uma década de relativa estabilidade. Com o lema “Ressurgimento” e a promessa de renascimento da nação portuguesa, apelando a um forte nacionalismo de carácter místico quanto à origem e à missão civilizadora de Portugal no mundo, o governo propôs-se cumprir um ambicioso programa em todas as áreas da sociedade que, como veremos, se estendia à educação, à cultura em geral e às obras públicas.

Os anos 40 aproximam-se. Enquanto a Europa se convulsiona e inicia a 2ª Guerra Mundial, Portugal, na posição ambígua e conciliadora que Salazar tão sabiamente encontrou, manteria, após hesitações e algumas atitudes contraditórias, a neutralidade. Também a sua situação periférica na Europa contribuiu para o poupar à devastação da guerra, embora os anos 40 tivessem trazido, necessariamente os efeitos da crise.

Mais uma vez no jogo de semântica e equilíbrio de interesses jogava Salazar o futuro da nação, procurando e encontrando soluções de compromisso. No entanto, a velocidade que se havia imprimido na primeira década de programas de reconstrução abrandaria necessariamente nos anos 40, numa Europa em guerra.

⁶ Por exemplo, a Constituição de 1933 prevê teoricamente a eleição da Assembleia da República por sufrágio directo e universal nos moldes parlamentaristas da tão odiada democracia e não pelo sufrágio “orgânico” apregoado pelo fascismo...

O “Ressurgimento” Nacional

O espírito de demarcação do regime recém constituído em relação ao que havia sido feito nos tempos da I República é bem explícito nos discursos da época e no lema que acompanha os primeiros anos de vigência do Estado Novo: o “Ressurgimento da Nação” .

Este Ressurgimento, encarado como a tarefa titânica, mas necessária, e de que o governo se incumbia, visava devolver ao país a glória de outros tempos e aos portugueses o orgulho de serem portugueses. O “Ressurgimento da Nação” traduziu-se num amplo programa de acção que deveria abranger todos os sectores da vida nacional.

As intervenções planeadas e levadas a cabo nestes anos inserem-se numa nova imagem, renovada e apelativa de Portugal. A par de medidas de peso na educação e na cultura, também o país enquanto território físico foi alvo de intervenção prioritária. Desenvolveram-se esforços no sentido de dar às cidades e aos campos um aspecto digno e expurgado, tanto quanto possível, de sinais de desleixo e incúria, em consonância com a ideia de um Estado simultaneamente tradicionalista e moderno, e com preocupações sociais.

Respondendo em parte a preocupações de ordem social, e em parte a preocupações de ordem estética, o governo encetou uma série de medidas no sentido de intervir autoritariamente na produção de habitação no seio das cidades mais importantes, com especial destaque para a capital, Lisboa, eliminando os bairros da lata que nela então proliferavam em virtude dos grandes aumentos demográficos devido à chegada de populações verificadas nas décadas antecedentes e que não paravam de ocorrer.

A intervenção estatal na habitação traduzia-se na construção de bairros de habitação social com o contributo, como veremos, não só do Estado, mas também de outras instituições como as câmaras municipais das várias cidades. De um ponto de vista mais amplo, à escala nacional, o objectivo era também o de controlar a deslocação de populações, fixando-as nos territórios e diminuindo a atracção que a capital exercia nas populações de mais baixos recursos. Fundia-se assim um programa cultural e de melhoramento da imagem do país, num programa “social”.

O “ressurgimento” era assim uma operação altamente esteticizada forjando uma nova imagem nacional, criada com base em elementos precedentes da cultura e da tradição e promovida nas realizações posteriores.

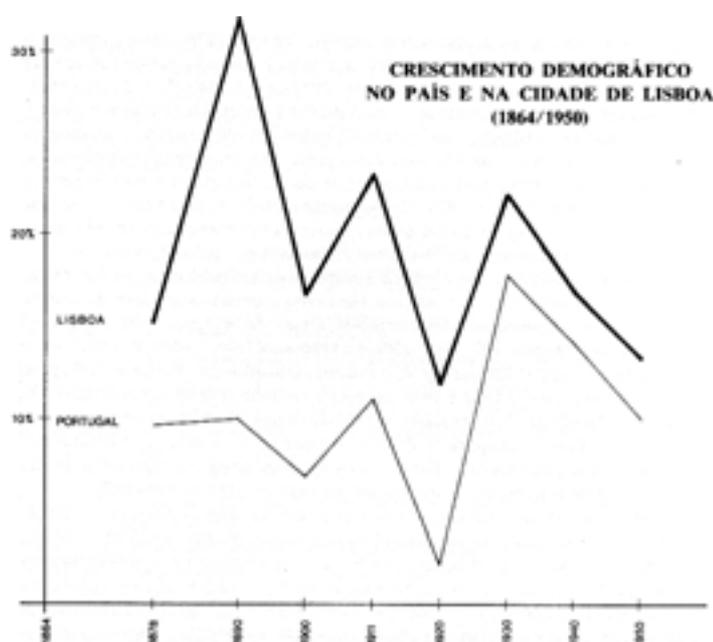
As várias instituições então criadas no seio do Estado dentro do amplo programa de reconstrução estética e social da nação estavam interligadas e partilhavam responsabilidades e incumbências no quadro de um regime autoritário que decidia globalmente aproveitando ao milímetro os recursos disponíveis, sujeitando-os em benefício do suposto interesse nacional.

É neste sentido que deve entender-se a política urbana e a política cultural, artística e de propaganda do regime naqueles anos, constituídas com todos os mecanismos legais e institucionais que então se criaram. É também neste sentido que se pode explicar a marca que impuseram definitivamente no território e no imaginário dos portugueses, até aos nossos dias em todas as cidades, vilas e aldeias, e em particular em Lisboa.

A capital portuguesa devia representar então, naquele regime totalitário e colonialista, a cabeça do país e do império.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO NA CIDADE DE LISBOA NAS DÉCADAS DE 30 E 40

O primeiro recenseamento de habitantes da cidade de Lisboa foi feito em 1864. Os recenseamentos que lhe seguiram apontam para um crescimento demográfico permanente da



QUADRO 1

Recenseamento	PORTUGAL	Variacão	LISBOA	Variacão	
1864	3 937 392	+ 9%	197 640	+ 15%	100
1878	4 303 664	+ 10%	228 000	+ 32%	115
1890	4 713 319	+ 7%	301 000	+ 17%	152
1900	5 039 744	+ 11%	352 210	+ 23%	178
1911	5 586 053	+ 2%	431 738	+ 12%	218
1920	5 668 232	+ 15%	484 664	+ 22%	245
1930	6 334 507	+ 14%	591 939	+ 17%	300
1940	7 218 882	+ 10%	694 389	+ 13%	351
1950	7 921 913		783 226		396

(1864 - base 100)

Fig.18 Gráfico comparado do crescimento demográfico em Portugal e em Lisboa, de 1864 a 1950

cidade, embora nem sempre constante, com grandes aumentos da população nos anos que antecederam 1890 (o mais significativo, com um aumento de 32%), 1911, 1930 e 1940⁷.

O aumento de população verificado nos anos que antecederam o recenseamento de 1890 corresponde significativamente a transformações urbanísticas importantes na cidade⁸,

⁷ FERREIRA, Vítor Matias (1987). *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, col. «Universidade Moderna», nº 81, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p 90

permitindo a expansão da cidade para Norte e é contemporâneo do surgimento e banalização dos primeiros transportes públicos, os “americanos”.

As novas áreas disponibilizadas pela expansão urbana a Norte, com o surgimento de novos bairros e a vulgarização dos meios de transporte públicos criaram condições para uma grande concentração de população em Lisboa.

De facto, tal como refere Vítor Matias Ferreira⁹, de um modo geral, o crescimento demográfico da capital acompanhou paralelamente o aumento médio da população na nível nacional, nas suas quebras e nos seus picos máximos, embora seja sempre superior. (Fig18)

Tal como se verifica noutras cidades europeias sensivelmente na mesma altura, este aumento populacional não resulta do aumento de níveis de natalidade dos naturais lisboetas, mas sim das sucessivas vagas de migrantes internos.

O crescimento demográfico de Lisboa é um crescimento induzido pela chegada destas populações, grupos de pessoas que se deslocam geralmente do campo para a cidade em

Evolução da População

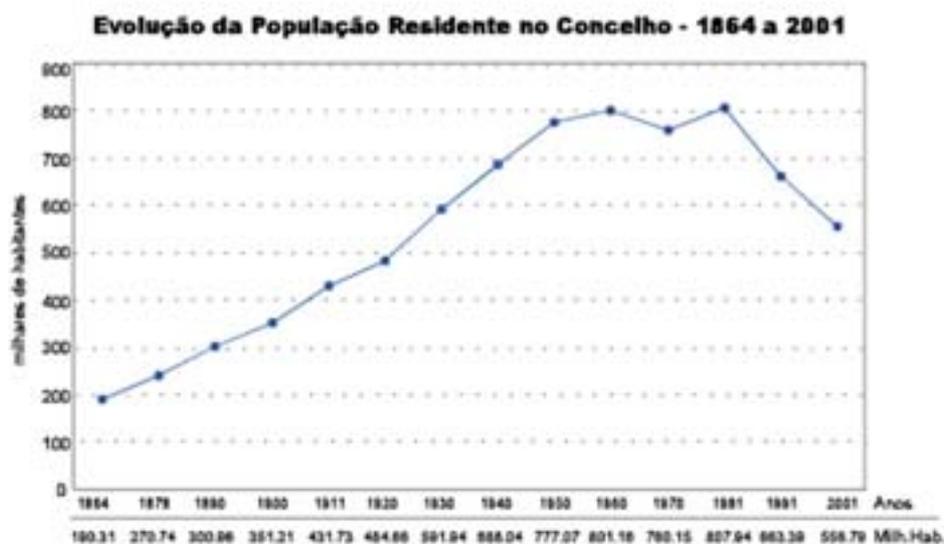


Fig. 19 Evolução da População Residente no Concelho-1864 a 2001

busca de melhores condições de vida. Esta movimentação corresponde à ideia generalizada que se tem das grandes cidades como o local onde se se concentram as melhores oportunidades e que aí se obtêm melhores ordenados. São, portanto os migrantes internos que se vêm instalar dentro dos limites administrativos da cidade os responsáveis pelo grande aumento populacional da cidade de Lisboa e não os saldos fisiológicos da população natural. Tal como Vítor Matias Ferreira esclarece, no período compreendido entre 1890 e 1940 verifica-se uma predominância da fixação destas populações, não no centro histórico da cidade, nem

⁸ Nomeadamente a destruição do Passeio Público e a construção da Avenida da Liberdade.

⁹ FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit., p 90

nos seus bairros mais antigos, mas sim nas freguesias periféricas, principalmente ao longo dos eixos de expansão criados em finais do século XIX¹⁰.

Esta concentração de populações, ocupando sucessivamente o espaço pré-existente da cidade implicou, como é natural, em algumas freguesias, uma mudança de usos do solo – no caso de espaços que ainda nem sequer estavam urbanizados e que passam a sofrer uma ocupação intensiva de carácter residencial¹¹ ou uma intensificação desses mesmos usos, quando a sua característica dominante já era a de serem espaços residenciais.

O aumento demográfico e a sua fixação vai ocorrer, cada vez mais, não no centro, mas nas áreas limítrofes, num movimento centrífugo, primeiramente dentro dos limites administrativos da cidade, depois, a partir (do final) da década de 40, naquilo que Vítor Matias Ferreira¹² designa por área de aglomeração da cidade.

A partir de 1940 inicia-se assim um processo inverso no que toca ao aumento demográfico da cidade. A população residente dentro dos limites administrativos da cidade começa a diminuir, em benefício dos seus concelhos limítrofes, que passam a absorver os novos habitantes.

A importância dos concelhos limítrofes da cidade de Lisboa

Deve ser referido que em muitos destes concelhos se tinham também estabelecido, tal como em Lisboa, desde finais do século XIX significativas vagas de migrantes internos originários de meios rurais, que almejavam viver na cidade, mas que acabavam por se fixar nestes territórios devido à existência de desenvolvimento industrial e fábricas que facultavam postos de trabalho¹³. Outros concelhos acabavam por ser também mais atractivos para outros grupos sociais, porque ofereciam já desde finais sec. XIX cómodos e rápidos meios de transporte para a capital como a linha de comboio¹⁴

O crescimento populacional médio desta “área de aglomeração” mantém-se assim proporcional ao da cidade de Lisboa até finais da década de 40¹⁵ tendo sofrido, tal como todo o país, a importante quebra populacional, na década de 10, pelos efeitos de instabilidade que se seguiram à implantação da República, pela morte de muitos combatentes da I Grande Guerra, pela trágica epidemia de pneumónica que nos últimos anos desta época atingiu o país com grandes índices de mortalidade.

Lisboa, pela sua força de atracção induzia o crescimento demográfico da sua área envolvente conhecendo ambas, assim, o estabelecimento em paralelo destas vagas de migrantes e um aumento populacional em grande escala nos anos que medeiam entre 1890 e 1940. Assiste-se a uma progressiva densificação populacional destes territórios.

¹⁰ Como a Avenida Almirante Reis e a Avenida da República/Avenidas Novas. FERREIRA, Vítor Matias (1987). op.cit, p 95

¹¹ Como é o caso da freguesia de S.Sebastião da Pedreira, FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit. p 98

¹² FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit., p 89

¹³ Como é o caso da Barreiro

¹⁴ Como é o caso do eixo Oeiras- Estoril- Cascais, onde se tinha inaugurado o comboio em 1889, FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit.,102

¹⁵ FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit., p 105

A partir da década de 30 inicia-se em Lisboa um processo progressivo no sentido de começar a restringir a fixação destas populações dentro dos limites administrativos da cidade, remetendo-se gradualmente, para a sua periferia¹⁶. Embora a população residente na área de



Fig.20 Gráfico comparado da variação do crescimento demográfico em Lisboa, e na sua área de aglomeração, de 1900 a 1950

aglomeração de Lisboa e até dentro dos limites administrativos do seu concelho continue a crescer (Fig.19), a população da cidade de Lisboa propriamente dita começa a diminuir a partir da década de 40 (Fig.20).

Papel fundamental neste processo de desvio de populações, ainda que direccionando-se a grupos sociais específicos, para as periferias da cidade, desempenham as propostas de planeamento e reordenamento urbano dos anos 30/40 da cidade de Lisboa¹⁷.

¹⁶ FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit., p 108

¹⁷ FERREIRA, Vítor Matias (1987), op.cit., p 102

POLÍTICA URBANA E O SURGIMENTO DE UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL.

A política urbana municipal dos primeiros anos do Estado Novo. De 1933 a 1938.

O período de implantação e consolidação do Estado Novo, durante os primeiros anos da década de 30 implicou também a implementação de uma política urbana em ruptura com o que se praticava anteriormente. Esta nova política visava resolver os muitos problemas a nível urbano do país, em geral, e da cidade, em particular que advinham da descoordenação ou da descúria dos regimes anteriores.

A nova política urbana instaurou-se mediante uma série de procedimentos, como a criação de novas instituições, o aprovar de novos diplomas legais e programas que tinham em vista o estabelecimento definitivo de uma forma intervencionista de actuar no sentido de reconstruir o país, dotando-o das infra-estruturas necessárias para a sua modernização.

Novas medidas fundamentais

Por um lado, a implementação dos Programas de Melhoramentos Urbanos, Rurais, de Água e de Saneamento, que iriam permitir a realização de muitas obras em todo o país¹⁸. Por outro, a criação no seio do Ministério das Obras Públicas do Comissariado do Desemprego, que iria proporcionar financiamento para as obras que viriam a ser executadas.

A importância dos quatro programas, referidos em primeiro lugar, principalmente a do Programa de Melhoramentos Urbanos, residia no facto de que estabeleciam os moldes em que iria a assentar a colaboração técnica e de financiamento, entre o Estado (através do Ministério das Obras Públicas) e as autarquias no que toca a intervenções várias a fazer nas cidades e no campo, mas que em Lisboa, como veremos, assumiu grande significado.

No Ministério das Obras Públicas, tal como se referiu anteriormente, é criado o Comissariado do Desemprego, que geria o Fundo do Desemprego e que facultava os meios financeiros para a realização das obras destes programas¹⁹.

É implementado o Programa de Casas Económicas, em 24 de Setembro de 1932, com o Decreto Lei nº 23052, dando-se início a uma política sistemática de habitação social. Em 1934 promulga-se o Decreto Lei nº23860, de 16/5, considerando as casas económicas construídas ao abrigo do Decreto Lei nº23052, como “melhoramentos urbanos”. Este ajuste legal iria permitir à CML aplicar expropriações sumárias, fazendo uso de legislação anterior²⁰, bem como obter a comparticipações do Estado e do Fundo do Desemprego.

¹⁸ SILVA, Carlos Nunes (1994). *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, col. «Cidade de Lisboa», Livros Horizonte, Lisboa., p.100. Melhoramentos Rurais: Decreto-lei nº 19502, de 20/3/1931, Melhoramentos Urbanos: Decreto-lei nº 21697, de 19/9/1932

¹⁹ O distrito de Lisboa contaria com 20,3% das comparticipações deste comissariado nos anos que medearam entre 1932 e 1947, que foram utilizados em diversas obras de urbanização. SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 100

²⁰ Decreto Lei nº21697, de 19/9/1932 e Decreto Lei nº25502, de 20/3/1931, que simplificavam processo de expropriação, Nunes Silva, Política Urbana em Lisboa 1926-1974, p 34

A importância de Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas

Duarte Pacheco foi uma figura central nesta nova política emergente, ocupando, durante os primeiros anos do regime, o cargo de Ministro das Obras Públicas. Sob a sua tutela promoveram-se as medidas fundamentais que marcaram toda a actuação do regime em matéria de obras públicas nestes primeiros anos e que se revelaram decisivas para o estabelecimento da nova política urbana²¹.

Além da referida criação do Comissariado do Desemprego, outras linhas orientadoras foram o estabelecimento de um regime legal de expropriações que facilitava a aquisição dos terrenos urbanos, estabelecida com a promulgação do Decreto Lei nº 28797, a realização de obras públicas de grande vulto²² e o desenvolvimento pioneiro de diversos trabalhos de planeamento e urbanismo.

A realização sistemática de trabalhos de planeamento, que culminaria na realização de grandes Planos, como o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa e, mais tarde o Plano Director de Lisboa, teve o seu momento inicial em 1932, quando se começou a elaborar um relatório sobre problemas e necessidades da cidade, a nível urbanístico, tarefa então confiada ao chefe da Repartição de Engenharia da Câmara Municipal de Lisboa²³. Os obstáculos ao desenvolvimento deste trabalho que se pretendia exaustivo, eram vários, nomeadamente a inexistência de uma planta actualizada da cidade naquele momento²⁴.

O interesse colocado pelo Estado Novo no urbanismo, a importância concedida a estes estudos urbanísticos e o reconhecimento da sua extrema necessidade é revelado numa série de conferências sobre problemas de urbanização levadas a cabo em 1934. Também um Estudo do Plano Geral de Melhoramentos da Cidade de Lisboa foi por esta altura elaborado pelo Grupo de Amigos de Lisboa.

Os primeiros planos de urbanização surgidos então afirmaram-se como verdadeiros projectos urbanísticos que visavam a intervenção global do Estado e da Câmara Municipal, quer no processo de obtenção e disponibilização dos terrenos, quer nos processos de urbanização. Estes planos afastavam-se do modelo anterior (e, como veremos, no modelo subsequente) baseado na concessão de licenças de obras a privados de acordo com a sua conformidade com as disposições nele previstas²⁵. Estes planos estavam em sintonia com a ideia de coordenação de esforços e centralização do poder acalentado pelo regime.

²¹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit., p 12

²² *ibidem*

²³ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit., p 13

²⁴ *ibidem*

²⁵ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 14

De 1938 e 1943 Os anos áureos da nova política urbana e a importância redobrada de Duarte Pacheco.

O ano de 1938 constitui uma data chave na história da política urbana da cidade de Lisboa, pela concomitância de uma série de acontecimentos importantes: o empossamento de Duarte Pacheco no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que acumulava com o de Ministro das Obras Públicas; a implementação da nova política municipal de urbanização e o início do Regime dos Centenários; e a contratação de Étienne de Gröer, para o cargo de Urbanista-Conselheiro da Câmara Municipal de Lisboa ²⁶.

O primeiro acontecimento referido trouxe um enorme impulso à política urbana da Câmara Municipal de Lisboa. Duarte Pacheco foi a figura-chave que soube promover e dar continuidade aos projectos já existentes nessa instituição, em benefício da cidade.

O facto de ser simultaneamente Ministro das Obras Públicas permitia-lhe uma grande margem de manobra para fazer transferências de verbas do referido ministério para a Câmara Municipal, para a realização das várias intervenções que levou a cabo.

Segundo Nunes Silva²⁷ o seu principal contributo foi esse poder de canalização de verbas que possibilitou a realização de muitas intervenções. O mito que se criou em torno desta figura, e que assenta na sua enorme capacidade de concretização durante os anos em que acumulou os dois cargos, justifica-se mais por esta maleabilidade e margem de manobra, que pela novidade das concretizações, que advinham ou de projectos anteriores existentes na Câmara, ou de propostas feitas por técnicos estrangeiros que para ela trabalharam.

Nova política de urbanização camarária e o Regime dos Centenários

O segundo acontecimento importante referido acima foi a implementação de uma nova política de exclusividade camarária dos trabalhos de urbanização. Esta política só foi possível após a simplificação dos processos de expropriação prevista no Decreto Lei nº 28797, promulgado a 1 de Julho de 1938.

Esta nova modalidade de acção, e a referida coordenação entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério das Obras Públicas, protagonizada por Duarte Pacheco permitiu por em prática um conjunto extremamente ambicioso de realizações, que marcou indelevelmente a cidade de Lisboa.

No discurso da Tomada de Posse de Duarte Pacheco como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foram proferidas, desde logo, as seguintes palavras²⁸:

No domínio das grandes realizações e da construção de edificações citadinas, a Câmara deve trabalhar em sujeição a um Plano Geral de Urbanização e Expansão, deve chamar a si tudo o que represente a execução de obras de urbanização e há-se promover o embelezamento das edificações existentes e

²⁶ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 14, 15

²⁷ *ibidem*

²⁸ Citado em, SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 102

impor rigorosa fiscalização das novas, em defesa do aspecto arquitectural da cidade.

Já no discurso de tomada de posse se definiram as linhas do que em breve viria a ser o Regime dos Centenários. Este regime especial estabeleceu-se, no que toca a expropriações, pela promulgação do Decreto Lei nº 28797, de 1 de Julho de 1938, e iria perdurar até 1948, ano da promulgação da Lei nº2030.

Esta legislação de 1938, consistiu numa simplificação do processo de expropriações, e perduraria portanto cerca de dez anos, mau grado os interesses da propriedade fundiária. Ao longo desses anos a Câmara Municipal de Lisboa expropriou mais de um terço da superfície da cidade²⁹.

A exclusividade dos trabalhos de urbanização sob alçada da Câmara Municipal de Lisboa, outra vertente do Regime dos Centenários, implicou grandes meios de financiamento e reorganizações institucionais de fundo. Estas permitiriam, por exemplo, por em prática a construção de variados bairros de casas económicas e de casas desmontáveis, novo programa entretanto surgido.

Durante o período de vigência do Regime dos Centenários, continuou a conceder-se grande importancia aos estudos de urbanização. Na inexistência de um plano geral já realizado, desenvolviam-se intensamente trabalhos de planeamento, definindo-se as linhas de orientação mais importantes. Estas orientações eram seguidas pelas intervenções a realizar, concedendo-se à Câmara Municipal de Lisboa, a entidade a quem competia exclusivamente, como acabámos de referir, a realização dos trabalhos de urbanização, os meios necessários ao seu desempenho.

O Regime dos Centenários tinha, tal como o nome denuncia, por objectivo mais imediato, a realização dos “melhoramentos públicos” para a realização das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, a realizar em 1940, mas cujos preparativos se iniciaram em 1938. A manifestação mais espectacular destas comemorações foi a realização da Exposição do Mundo Português, que implicou um amplo programa de reestruturação da Praça do Império, que acolheu o evento, e que se fez acompanhar de outras intervenções de grande escala, nomeadamente, o surto de construção de bairros de casas económicas para limpar a cidade dos bairros de barracas.

Étienne de Gröer, o PGUEL e o futuro PDL

O terceiro acontecimento, a vinda de Étienne de Gröer, convidado por Duarte Pacheco para ocupar o cargo de Urbanista-Conselheiro da Câmara Municipal de Lisboa, viria a ter uma enorme influência no desenvolvimento posterior da cidade e reflecte novamente a urgência de estudos de planeamento e a importância que o regime lhes concedia.

²⁹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 41

O trabalho que De Gröer desenvolveu, em conjunto com os técnicos municipais, constituiu a base do que viria a ser muito depois, o Plano Director da Cidade de Lisboa. Durante os primeiros anos de realização, este plano de grande alcance designou-se PGUEL - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa³⁰. Este plano implicou a realização de estudos paralelos a vários níveis, bem como exaustivos levantamentos geográficos, geológicos, históricos, etc. cuja realização ficou entregue ao engenheiro civil António Emídio Abrantes³¹.

A realização do PGUEL - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, iniciada em 1938, pela mão de Étienne de Gröer foi demorada, pela falta de técnicos especializados³², e pela dimensão e complexidade da empresa, numa cidade que tinha crescido de forma caótica e sem outros estudos semelhantes que tivessem antecedido o que agora se pretendia levar por diante.

O PGUEL - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa previa, entre outras coisas: uma reaproximação da cidade em relação ao rio Tejo -já que o seu desenvolvimento novecentista se tinha processado em direcção a Norte; a coordenação das realizações municipais quanto a trabalhos de urbanização, concentrando-os exclusivamente na dependência da Câmara Municipal de Lisboa, e impedindo a intervenção de privados -que até então tinha sido a solução mais corrente, por falta de verbas no município-; bem como a rejeição de um desenvolvimento sempre feito à custa de soluções de emergência.

Este programa definiu as linhas de orientação no desenvolvimento da cidade, a que obedeciam já as intervenções contemporâneas da sua realização. Assim, durante a realização deste programa iam sendo feitos no seio da Câmara Municipal de Lisboa vários outros estudos de pormenor ou de conjunto³³ à medida das necessidades relativamente às intervenções a realizar.

No caso específico da construção de bairros de habitação social, que se começavam a construir de forma sistemática neste momento, havia o cuidado de escolher localizações em concordância com as áreas indicadas para o efeito, pelo PGUEL - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, para o que se realizavam seguidamente planos parcelares de urbanização. Estes planos de urbanização eram feitos pelo Ministério das Obras Públicas em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa³⁴.

A partir de 1943.

Em 1943 considerava-se já estarem preparadas as grandes linhas do PGUEL - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa. Também estavam determinados os estudos de pormenor complementares a realizar para a conveniente expansão da cidade. No entanto, a morte de

³⁰Inicialmente também designado por Plano de Melhoramentos da Cidade

³¹SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 15

³²*ibidem*

³³SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 16

³⁴SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 16

Duarte Pacheco e uma série de alterações sofridas na orientação camarária e estatal tinham alterado as premissas dos primeiros anos de estudos e preparação do plano.

Já não estava na ordem do dia a realização de estudos urbanização e de planeamento. Rejeitou-se a realização de novos estudos e planos parciais. Os proprietários fundiários pressionavam agora os decisores públicos para o abandono das medidas autoritárias que Duarte Pacheco tinha protagonizado e que não lhes era favorável. Um dos primeiros resultados foi a alteração definitiva do sistema de expropriações do Regime dos Centenários, que vigorava desde 1938 implementada com a promulgação da Lei nº 2018, de 24/7/1946 e com o Decreto Lei nº 35381, de 27/8/1946, que determinavam a retoma da fase judicial no processo de expropriação.

Por outro lado, as dificuldades resultantes da crise que então se vivia em consequência da 2ª Guerra Mundial obstaculizaram gradualmente o princípio de exclusividade camarária dos processos de urbanização tão caro ao Regime dos Centenários. Neste contexto, iniciou-se um processo de liberalização dos trabalhos de urbanização³⁵, incentivando a iniciativa privada a participar, e controlando as suas intervenções através da concessão de licenciamentos, mediante a sua conformidade com o plano. Deve ser referido que este plano já não correspondia à realidade.

A par de um menor rigor nos estudos de urbanização e planeamento, aumentava a necessidade de um controlo feito à posteriori, baseado no referido licenciamento, ou não, das propostas apresentadas. O PGUEL - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa não seria aprovado. Nunes Silva avança com a justificação de que, se o tivesse sido, o PGUEL dotaria de poderes demasiado amplos a Câmara Municipal de Lisboa, situação não desejada pelo Governo³⁶.

Em 1947, a Câmara Municipal de Lisboa volta a contratar Étienne de Gröer para a realização de um novo plano, em maior conformidade com a realidade vivida naquele momento. O trabalho que Étienne de Gröer então desenvolveu, baseou-se em grande parte no que tinha sido definido pelo PGUEL, nomeadamente, no que dizia respeito à rede viária, espaços verdes e, significativamente, habitação social³⁷.

No ano seguinte, 1948, este plano encontrava-se concluído e seria aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, embora sem aprovação governamental. Este plano caracterizar-se-ia pelo zonamento, dividindo o espaço de acordo com os diferentes usos a albergar e estando as áreas residenciais separadas quanto a níveis de rendimento³⁸.

Todos os problemas inerentes da carência habitacional eram encarados como algo que podia ser resolvido pela intervenção estatal, de modo paternalista³⁹ prevendo a localização dos bairros de habitação social na proximidade das zonas industriais⁴⁰.

³⁵ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 16, 17

³⁶ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 17

³⁷ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 18

³⁸ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 19

³⁹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 20

O orçamento de 48 veio anunciar um período de condicionamento económico que leva apenas a considerar a finalização de bairros iniciados anteriormente, nenhum deles de casas económicas.

A promulgação da Lei nº 2030, de 22/6/1948 abolia definitivamente o “Regime dos Centenários”. Esta lei previa alterações a respeito de várias questões relacionadas com a habitação, nomeadamente a mudança na política de solos e no regime de expropriações, mas também em relação ao Programa de Casas de Renda Económica. Surgia por esta altura um outro programa de habitação social, o Programa de Casas de Renda Limitada e a possibilidade de arrendamento

Nunes Silva conclui que transparece aqui uma nova estratégia estatal para solucionar o problema da habitação, e que assentava na participação da iniciativa privada. O autor lança inclusivamente a hipótese de que esta lei resultava da pressão exercida pelos proprietários fundiários, promovendo a valorização especulativa dos solos mais de acordo com os seus interesses⁴¹.

⁴⁰ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 19

⁴¹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 51, 52

O PROGRAMA DE CASAS ECONÓMICAS DE 1933

A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, num palavra, a casa independente, a casa própria, a nossa casa

... é naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob o tecto próprio

Oliveira Salazar

O Programa de Casas Económicas implementado em 1933 não era completamente novo (Fig.21). As primeiras iniciativas de construção de bairros de casas unifamiliares para as classes sociais com menos possibilidades económicas tinham surgido na I República, durante a ditadura de Sidónio Pais. À semelhança de outros países europeus, nomeadamente da Espanha⁴², tinha-se proposto legalmente pela primeira vez o modelo de casas unifamiliares para as classes pobres. Era o Programa de Casas Económicas de 1918, na sequência da aprovação do Decreto-Lei nº 4137. Estes bairros podiam ser construídos por diversas entidades embora, na prática, o programa se tenha verificado ineficaz⁴³.

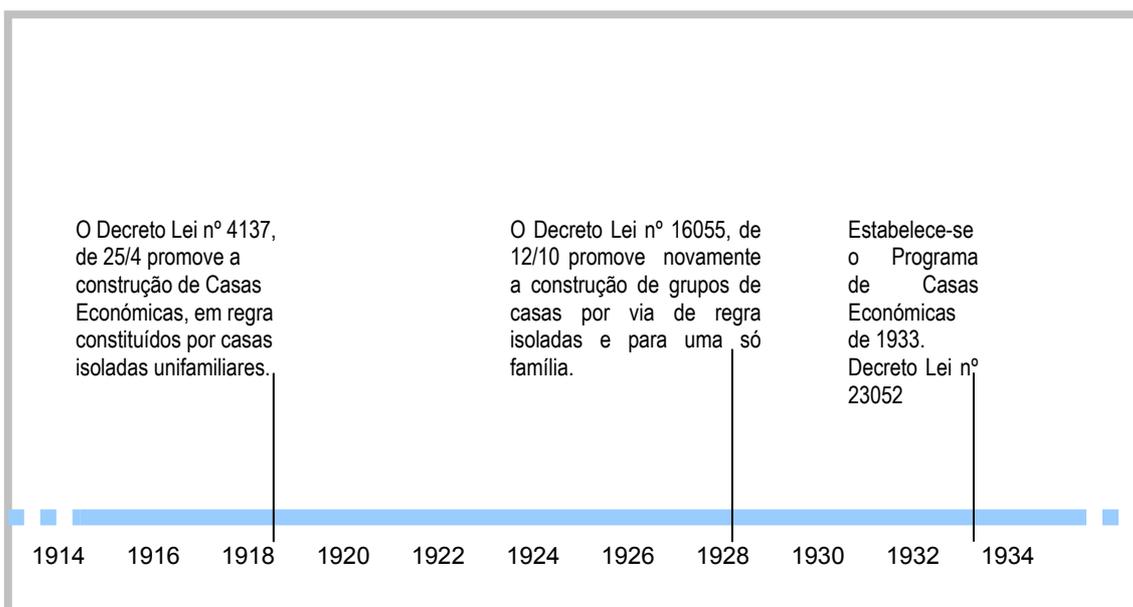


Fig 21. O Programa de Casas Económicas de 1933 e os seus antecedentes.

Os anos da ditadura militar estabelecida em 1926 e que se prolongaram até 1932 corresponderam à vigência de um modelo liberal, no referente à questão da habitação convocando a iniciativa privada para a construção de habitação económica. Retomou-se no entanto a ideia das casas unifamiliares, que vinha, tal como vimos, do Programa de Casas Económicas de 1918.

⁴² Tal como se refere no preâmbulo do Decreto Lei nº4137 de 1918

⁴³ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 91

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 16055, de 22/10/1928, que assentava no modelo inglês⁴⁴, (numa versão muito simplificada modelo da cidade-jardim) previu-se a construção de novos bairros de casas económicas assentes no modelo da casa unifamiliar, isolada e com pequenas zonas ajardinadas⁴⁵. As habitações, que se deviam produzir reduzindo ao máximo os custos de construção, deviam ser ocupadas no regime de renda resolúvel, com rendas baixas. Na construção destes bairros intervinham a Câmara Municipal de Lisboa e o Estado, mas também, significativamente, a iniciativa privada⁴⁶, que seria muito beneficiada que construiu muito, mas sem qualidade. Alguns dos bairros iniciados dentro deste programa de 1928 viriam a ser assimilados ao Programa de Casas Económicas de 1933⁴⁷

O Programa de Casas Económicas de 1933 foi implementado num contexto muito diferente, em que um Estado interventor e autoritário impunha medidas várias num amplo programa de melhorias da imagem do país⁴⁸.

O Programa de Casas Económicas de 1933 instituído pelo Decreto-Lei nº 23052, foi a primeira grande intervenção do Estado no domínio da habitação social, embora se insira numa sequência de outras tentativas de estabelecimento de políticas de habitação social cuja diferença principal era o facto de se levarem a cabo com grande interferência da iniciativa privada.

O Programa de Casas Económicas de 1933 era totalmente controlado pelos poderes públicos. Acrescentam-se, pois, novos diplomas legislativos, em consonância com os princípios do corporativos do Estado Novo. Estas alterações diziam essencialmente respeito, no âmbito legal, à responsabilização gradual e progressiva dos organismos corporativos em determinadas incumbências respeitantes à produção deste tipo de habitação⁴⁹.

Viviam-se anos de plena confiança e entusiasmo no regime recém estabelecido e na sua forma aparentemente perfeita de gerir o país. O Programa de Casas Económicas de 1933 é a imagem viva, no domínio da habitação, do espírito destes primeiros anos, e corresponde plenamente aos princípios consignados na Constituição Política.

Citando a Constituição Política de 1933, o topo da hierarquia legislativa, competia ao Estado:

⁴⁴ Tal como se refere no preâmbulo do Decreto.

⁴⁵ Tal como referem Miquel Domingo e Ferran Sagarra também em Espanha, durante as ditaduras, a influência do modelo da cidade-jardim nos bairros de casas baratas, acabava por se concretizar numa versão bastante simplificada de casinhas unifamiliares com horta, que quase não tinha nada a ver com o modelo original. DOMINGO, Miquel, e Ferran Sagarra (1999). «Les Cases Barates i el papel de l'habitatge popular a l'urbanisme contemporani», OBÓN, Francesc, (coord.), *Barcelona. Les Cases Barates*, Ajuntament de Barcelona. Patronat municipal de l'habitatge, Barcelona, p 163, 164

⁴⁶ O Programa de Casas Baratas implementado em Barcelona nos anos 20, parece assemelhar-se a este programa.

⁴⁷ Como o Bairro do Alvito, construído ao abrigo do Decreto-Lei nº 16055, mas assimilado ao Programa de Casas Económicas de 1933, correspondente ao Decreto-Lei nº 23052, em 1944. Em 1937 foi também baptizado Oliveira Salazar.

⁴⁸ O Programa de Casas Económicas implementado em 1933 acompanhou quase todo o tempo do regime, conhecendo distintos momentos e vendo reajustados os seus pressupostos algumas vezes, acabando por perder a exclusividade enquanto programa único de habitação social extinguindo-se em 1972.

⁴⁹ Como veremos, a transmissão total de poderes nunca chegaria a efectuar-se

Zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que elas desçam abaixo do mínimo de existência humanamente suficiente
(art. 6º, nº 3)

Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade e a instituição do casal de família
(art. 14º, nº 1)

A atribuição de uma casa própria para os trabalhadores, o seu “lar”, era a forma que o Estado tinha de proteger a instituição básica da sociedade: a família, principalmente junto das populações de menores recursos, por quem se propunha zelar.

Por oposição à situação caótica em que se encontrava a este nível, o país e em particular a capital e demarcando-se das políticas liberais e dos programas antecedentes, o Estado Novo, implementava agora o Programa de Casas Económicas.

O Estado Novo intervinha, tal como a propaganda da época referia, onde a iniciativa privada (incentivada a participar pelos outros governos) se tinha mostrado incapaz e sem resultados práticos⁵⁰. O discurso oficial, à medida em que foram surgindo concretizações, vincava a disparidade dos gastos despendidos pelo regime republicano que o antecedeu, face à sua ineficácia prática⁵¹, procedimentos que comparava com os seus, enaltecendo a sua política “economicamente social”, liberta de idealismos inconsequentes e pelo seu estilo de trabalho rigoroso, enérgico, honesto e competente⁵².

O objectivo (utópico) do Programa de Casas Económicas era conceder, dentro de um determinado espaço de tempo, a propriedade plena de uma casa a todos os cidadãos sem alojamento condigno do país. Esta operação implicava uma gestão rigorosa dos custos económicos em proveito dos benefícios sociais, dentro da lógica corporativista, para o que contribuiu bastante a implementação de uma rígida política de expropriação de terrenos.

Este programa era encabeçado por uma figura de grande importância do regime: Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas cuja sensibilidade e formação nele se reflectiram largamente. A forma como se levou a cabo o programa veio reforçar a necessidade, já antes sentida, da realização de um planeamento rigoroso e global da cidade, que paralelamente se desenvolvia no Ministério das Obras Públicas⁵³. Aos bairros de casas económicas atribuiu-se um duplo papel ordenador:

- Fisicamente, no território, com uma arquitectura racional e com espaços muito ordenados, construídos de acordo com os referidos planos de urbanização; e

⁵⁰ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l., p.6 e 13

⁵¹ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l., p.9, 10, 11

⁵² BAPTISTA, Luís Vicente (1999). *Cidade e Habitação Social, O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Celta Editores, Oeiras, p. 109

⁵³ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 87

- Socialmente, agrupando populações e construindo grupos sociais homogêneos e afins, e encorajando a sua convivência, dentro de uma visão hierarquizada e estática da sociedade, em que não estava prevista qualquer mobilidade social⁵⁴

A longo prazo criar-se-ia portanto, uma classe de pequenos proprietários, cujo apego ao lar e situação de beneficiários contribuiria não só para a preservação da instituição familiar – entidade acarinhada pelo Estado e pela Igreja – mas também para a manutenção da ordem social e da tradição católica⁵⁵.

Todo o programa se estruturava pois, impenetrável a ventos de modernidade, em torno de valores grados do regime, como a ordem tradicional e a família e operando um controlo social extremamente rígido das populações que dele beneficiaram⁵⁶.

A casa unifamiliar com uma pequena horta, seguindo exemplo da cidade-jardim, era assim a solução eleita pelas autoridades. A “moradia de família com quintal”, nas palavras do discurso oficial, opunha-se assim aos:

... grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casas pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.

Oliveira Salazar⁵⁷

A motivação das populações para a propriedade da sua casa devia proteger as famílias que chegavam dos vícios degradantes da cidade, incentivando-as aos “bons costumes”, modelando os seus hábitos, preservando ao máximo uma ideia de ruralidade que se manifestava no aspecto exterior das edificações e na configuração do no espaço construído, todos ao “sabor português”⁵⁸.

Uma ruralidade forjada, com edifícios despojados pela exiguidade do orçamento⁵⁹ e em que os bairros, no seu conjunto, apresentavam traçados fechados como ilhas e com igrejas no meio, a imitar aldeias⁶⁰.

⁵⁴ *ibidem*

⁵⁵ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 114

⁵⁶ Este controlo social operava-se de várias formas. Além de mecanismos de controlo espacial e psicológicos, proporcionados pela própria configuração arquitectónica e urbana dos bairros, existia efectivamente, um “vigilante permanente” em cada bairro, que podia e devia intervir na resolução de “problemas” de que tivesse conhecimento, mesmo que não fosse convocado pelos supostos interessados, além de vistorias regulares às casas. GROS, Marielle Christine (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Ed. Afrontamento, Porto, p 124

⁵⁷ Citado em CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l., p16

⁵⁸ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l., p17

⁵⁹ Tal como referem Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes as casas económicas dos primeiros tempos ainda não apresentavam os “adereços de portuguesismo” que apareceriam mais tarde noutros programas, PEREIRA, Nuno Teotónio e José Manuel Fernandes (1986). «A arquitectura do Estado Novo 1926-1959», in *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Ed. Fragmentos, Lisboa p 332

⁶⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio e José Manuel Fernandes (1986). *Op.cit*, p 332

A localização dos bairros era cuidada. Escolhiam-se locais saudáveis, arejados e higiénicos, adequando-se às possibilidades de expropriação e ocupando áreas previstas pelo PGUEL, ou outros planos de urbanização em curso. Nos primeiros anos, apesar da morosidade das expropriações os terrenos disponibilizados localizavam-se geralmente nos então limites da cidade embora dentro da sua área administrativa, e os bairros construíram-se a Oeste e a Leste o mais próximo possível do centro urbano ou com transportes baratos. Resultava deste conjunto de condicionantes o facto de estes bairros acabarem por se localizar longe de tudo, segregados em relação ao resto da cidade.

A influência das cidades-jardim, que se manteve em intervenções deste tipo até finais dos anos 40⁶¹ era evidente nos primeiros anos do Programa de Casas Económicas, nomeadamente no que dizia respeito ao modelo de casa unifamiliar, em bairros localizados na periferia da grande cidade e de inspiração “rural”, que alojavam grupos sociais homogéneos.

Embora se assemelhe bastante nestes aspectos, o caso português apresenta particularidades que se prendem com o facto de se tratar de um país pobre e pouco industrializado. Assim, enquanto nos países desenvolvidos as cidades-jardim serviam para albergar grupos sociais reivindicativos e tidos como “perigosos” para os seus governos, em Portugal, os bairros inspirados nas cidades jardim constituíam uma atitude preventiva⁶², fidelizando os seguidores do regime através de uma retribuição pública: o acesso à casa própria.

Os destinatários do Programa de Casas Económicas de 1933 eram pois, e à partida, tal como o próprio discurso oficial indicava, os “chefes de família” bons trabalhadores, membros de sindicatos nacionais e funcionários públicos

- a) membros dos Sindicatos Nacionais, com mais de vinte e um e menos de quarenta anos, no pleno gôzo dos seus direitos civis;
- b) funcionários públicos e operários de quadros permanentes de serviços do Estado ou das Câmaras Municipais⁶³

Depois de 1938, como veremos, também os membros das Instituições de Previdência, passaram a usufruir deste programa, porque estas passaram a investir nas casas económicas. Entendia-se ainda a necessidade de dividir este grupo alvo em subgrupos consoante a totalidade dos seus rendimentos económicos do agregado familiar e a sua dimensão. Todas as casas eram dotadas dos quartos de dormir, uma pequena cozinha, uma sala comum e uma casa de banho⁶⁴.

Os primeiros bairros construídos dentro do Programa de Casas Económicas de 1933 foram projectados com duas categorias de casas: A e B⁶⁵. Em cada categoria, atendendo ao número

⁶¹ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 123

⁶² BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 124

⁶³ Referido em CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l., p18

⁶⁴ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p17

⁶⁵ *ibidem*. Na classe A concorriam famílias cujo total de salários não excedia os 20 escudos, e na classe B concorriam famílias cujo total de salários não excedia os 45 escudos. Quanto aos tipos, o I correspondia a casas para casais sem filhos; o II correspondia a casas para casais com filhos pouco numerosos de um só sexo e o III correspondia a casas para casais com filhos dos dois sexos ou com filhos muito numerosos de um só sexo.

de elementos do agregado familiar, havia casas de três tipos, com numero crescente de divisões.

Desenvolve-se legislação no sentido de clarificar esta distinção entre grupos e a forma como se deviam distribuir espacialmente, já que as casas deviam agrupar-se por classes, em pequenos bairros⁶⁶.

A hierarquização social devia portanto encontrar uma correspondência no espaço físico do bairro. Embora só raramente apareçam várias categorias num mesmo bairro, estão, como se referiu, sempre separadas espacialmente por sectores. A legislação estabelecia percentagem de classes em cada bairro⁶⁷. Não há portanto mistura de classes, as casas de diferentes categorias situam-se em áreas diferentes.

Instituições envolvidas e respectivas competências no processo de construção dos bairros de casas económicas de 1933.

Como se referiu, é no quadro de um regime autoritário e centralizador, estruturado corporativamente, em que o Estado detém um grande poder de acção que se criam as instituições necessárias e se despoletam os mecanismos legais para a implantação deste programa único.

Embora se previsse a transferência de responsabilidades para as instituições de previdência, este programa assentava inicialmente numa colaboração muito estreita entre Estado e Câmaras Municipais, em geral, e em Lisboa, com a Câmara Municipal de Lisboa. Estes dois organismos trabalhavam conjuntamente, partilhando tarefas e responsabilidades na construção de cada bairro.

À partida, em 1933, e segundo o determinado pelo Decreto-Lei nº 23052 de 23 de Setembro de 1933, as responsabilidades do processo repartiam-se entre organismos do Estado, Câmaras Municipais, corpos administrativos e organismos corporativos⁶⁸.

No seio do Estado, o programa alicerçava-se em duas instituições distintas: o MOP- Ministério das Obras Públicas e o SCPS- Subsecretariado das Corporações e Previdência Social.

Ao MOP- Ministério das Obras Públicas, dizia respeito a superintendência na construção das casas económicas, tendo sido criada na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Secção das Casas Económicas. Ao SCPS- Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, competia a superintendência na distribuição e atribuição das casas, sendo criada no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência a Repartição das Casas Económicas.

Instituiu-se de igual modo o Fundo das Casas Económicas destinado ao financiamento e construção destas casas e que tinha como receitas as verbas destinadas pelo governo, as participações das câmaras municipais, os donativos e a cobrança das prestações das casas já atribuídas e os rendimentos dos títulos.

⁶⁶ *ibidem*

⁶⁷ SILVA, Carlos Nunes (1994), *op.cit.*, p 109

⁶⁸ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p15

Por efeito do decreto-lei de 1938 o departamento do MOP passa a designar-se como Serviço de Construção de Casas Económicas e o departamento ligado ao Subsecretariado das Corporações e Previdência Social passa a designar-se como Secção das Casas Económicas. Tal como refere a propaganda da época, o ano de 1938 foi também o ano em que se deu a primeira transferência de responsabilidades para as instituições de previdência (que afectou principalmente o financiamento), embora o Estado sempre tenha controlado amplamente todo o processo. Mais tarde, como veremos, o Estado tentaria também aliciar também a iniciativa privada embora não tenha tido grandes resultados⁶⁹.

Tal como refere Nunes Silva, à Câmara Municipal de Lisboa, de um modo geral, competia a aquisição (através de expropriações) dos terrenos e a sua urbanização e ao Estado, através dos vários organismos envolvidos nestes programas, dizia respeito a realização (ou aquisição por concurso ou não) dos projectos das casas económicas (DGEMN) e o acompanhamento, direcção e orientação da construção subsequente (MOPC), bem como o financiamento (FCE – Fundo das Casas Económicas) e distribuição (SCPS - Subsecretariado das Corporações e Previdência Social)⁷⁰.

Tal como o mesmo autor refere⁷¹ o processo pode detalhar-se da seguinte forma: a Câmara Municipal de Lisboa adquiria os terrenos e urbanizava-os suportando apenas parte dos custos, já que contava com a comparticipação de várias instituições estatais, nomeadamente a Repartição de Casas Económicas do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, que contribuía com uma determinada importância por metro quadrado de solo urbanizado⁷² e o Fundo do Desemprego da DGEMN, que participava nas despesas das ligações eléctricas e de água.

Já relativamente à construção das casas, os custos eram pagos pelo Estado, que seria posteriormente reembolsado pelo pagamento de 20 ou 25 prestações anuais. Os restantes 50% ficavam desde logo a cargo da Câmara Municipal de Lisboa, que pediria - empréstimos à Caixa Geral de Depósitos, que amortizaria ao longo de 20 ou 25 prestações anuais com juros variáveis.

Quer o Estado, quer a Câmara Municipal de Lisboa acabavam por ser reembolsados pelos moradores e futuros proprietários através de prestações mensais, cujo pagamento se iniciava no primeiro dia de Janeiro do ano seguinte ao da conclusão das casas⁷³.

O Estado estava finalmente encarregue da distribuição das casas através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência⁷⁴. Tal como informa a propaganda da época, havia determinadas percentagens de grupos profissionais específicos a respeitar em cada classe⁷⁵.

⁶⁹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 110

⁷⁰ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 111

⁷¹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 108

⁷² SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 107

⁷³ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 108

⁷⁴ *ibidem*

⁷⁵ Classe A: 75% para membros dos Sindicatos Nacionais, e restantes para funcionários públicos e operários dos quadros permanentes dos serviços do Estado ou das Câmaras Municipais; Classe B:

Além desta percentagem, a atribuição de casas a nível familiar era feita segundo determinados critérios, que eram os seguintes, por ordem de preferência:

- a idade do adquirente;
- a composição familiar do adquirente;
- a totalidade dos salários da família do adquirente;
- o seu comportamento moral

As casas eram assim ocupadas por moradores adquirentes seleccionados, mediante o pagamento de prestações mensais em regime de renda resolúvel. Os moldes em que se processava a distribuição das casas e a sua aquisição eram definidos pelo Ministério das Obras Públicas – Repartição de Casas Económicas.

Estas prestações mensais, em estreita relação com a categoria da casa a ocupar dependiam, em parte, como se referiu, da capacidade económica e do número de pessoas do agregado familiar. Essas duas componentes definiam uma parcela (uma parte do total) constante a pagar. As prestações eram compostas também por outras parcelas variáveis, que diziam respeito ao pagamento obrigatório de seguros vários, com base na experiência de Teotónio Pereira, a “inovação portuguesa” de que se orgulhava muito o regime. Estes seguros eram, por exemplo, o seguro contra incêndios, que garantia a reconstrução das casas na ocorrência dessa fatalidade; ou outros, como o seguro de vida, desemprego e doença, destinado a salvaguardar o pagamento das prestações nos prazos estipulados⁷⁶.

Refere Marielle Gros que se não se realizasse o pagamento das prestações nos oito primeiros dias, e se essa “falta” não se justificasse com uma das situações previstas nos seguros obrigatórios, os ocupantes da casa eram imediatamente expulsos pela polícia, rescindindo-se o contrato sem indemnização alguma para o morador⁷⁷.

A propaganda da época salientava, no entanto o facto de as prestações das casas económicas serem iguais às rendas de aluguer correntes na época, nas casas construídas e arrendadas pela iniciativa privada, apresentando as casas económicas ainda a vantagem de o morador se tornar proprietário da sua própria casa ao fim de alguns anos.

Tal como aponta Marielle Gros⁷⁸ ao fim e ao cabo, a construção das casas não era verdadeiramente subsidiada pelo Estado, pagando cada morador (e respectiva família) a quase totalidade do custo da sua habitação ao longo de 20 anos de prestações mensais, ou 5, se pudessem amortizar a dívida nesse espaço de tempo sem prejuízo das suas condições de vida⁷⁹. As vantagens para os moradores resumiam-se ao facto de serem de facto casas de preços acessíveis, porque eram construídas sem perspectivas de lucro e os custos do solo eram relativamente baixos.

repartidas em partes iguais entre todos, CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l p20

⁷⁶ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l p18

⁷⁷ GROS, Marielle Christine (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 124.

⁷⁸ GROS, Marielle Christine (1982), op.cit., pp. 111

⁷⁹ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p.19

Todo o programa se estruturava no sentido de estabilizar grupos familiares, nem que fosse à força. O morador-adquirente era obrigado a constituir, com a ocupação da habitação, um “Casal de Família” (ideia acalentada desde havia muito e consagrada no Decreto Lei nº 18551, de 3/ 7/1930). Este “Casal de Família” seria normalmente uma família unida por laços de matrimónio, com os filhos que fossem nascendo, mas também se admitia uma pessoa solteira ou viúva, com menores a seu encargo. Em caso de divórcio (situação moralmente condenável na época) ambos os cônjuges eram obrigados a partilhar a propriedade da casa⁸⁰.

A casa económica era, assim, pertença definitiva da família, era a “garantia de herança”. Tratava-se de um bem “indivisível, inalienável voluntária ou coercivamente e impenhorável”⁸¹. Não se previa nenhuma mobilidade social. A família ficava para sempre unida e presa à sua casa. A casa cristalizava a vida da família ocupante no momento da aquisição, deixando transparecer uma visão extremamente estática da sociedade. Os pobres e remediados sê-lo-iam para sempre.

A única mobilidade considerada possível pelo regime era a possibilidade do aumento do número de elementos da família por natalidade. Estava prevista a possibilidade de realização algumas modificações nas moradias, nomeadamente a possibilidade de realizar ampliações, podendo pedir-se autorização à Repartição de Casas Económicas e apoio à Secção de Casas Económicas sob a forma de um empréstimo amortizável mensalmente⁸².

A ampliação da moradia era o “melhoramento material” possível para os habitantes dos bairros de casas económicas. Além da ampliação propriamente dita, considerava-se ainda a possibilidade de construir galinheiros, muros e arrecadações nos quintais e significativamente, a possibilidade de realizar obras de “embelezamento nas fachadas e nos jardins”⁸³.

Nestes anos inaugurais do Programa de Casas Económicas, na ausência da aplicação de uma política de arte pública propriamente dita nestes espaços residenciais para “pobres”, eram as fachadas, os jardins e as hortas – elementos limites entre espaço público e privado – que assumiam a função de pontuar esteticamente o conjunto edificado e o quotidiano das pessoas.

Estas intervenções, levadas a cabo, não por algum organismo público, mas pelas próprias pessoas, constituíam aquilo que de melhor podia desejar, de um ponto de vista estético, este grupo social estático aos olhos do regime. A par da “estética das flores” e das casas simples, operava-se além do mais, o “revigoramento moral” e a felicidade, que estas incutiam nos cidadãos, tornando-os mais “humanos e sociáveis”⁸⁴.

O espírito entusiasmado dos primeiros anos, servido por uma ampla margem de manobra por parte do Estado, permitiu uma grande capacidade de concretização desta política única de

⁸⁰ TRINDADE, Cachulo da (1951). *Casas Económicas, Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Famílias Pobres, Legislação Anotada*, Coimbra Editora, Coimbra, p 56 e seguintes

⁸¹ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p19

⁸² CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p25

⁸³ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p25

⁸⁴ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p26

bairros de casas económicas até meados da década de 40, quando a crise advinda do fim da 2ª Guerra Mundial se começou a fazer sentir.(Fig. 23,24)

Como se referiu, condicionalismos económicos e sociais levariam, por um lado, a uma inviabilização da política de expropriações até então levada a cabo, por outro, tornaram premente a urgência de alojamento para grande parte da população carenciada que não tinha podido ser beneficiária do Programa de Casas Económicas.

Como veremos, assistir-se-ia a uma flexibilização desta política única, desdobrando-se em vários programas novos e alguns já experimentados numa procura de equilíbrio entre os pressupostos iniciais do programa e a necessidade de agir face aos problemas reais e às novas circunstâncias.

O Programa de Casas Económicas afirmou-se no entanto como o grande modelo de habitação social do Estado Novo, inaugurando uma política sistemática de intervenção estatal na área da habitação e influenciando os programas que o sucederam.

Os vários bairros de casas económicas construídos até fins da década de 40 marcaram definitivamente a cidade, funcionando no discurso oficial como exemplo máximo da capacidade de acção do regime. (Fig.22, 23)

Ajuda
 Alto da Ajuda
 Alto da Serafina
 Arco do Cego
 Alvito, ou Dr Oliveira Salazar
 Calçada dos Mestres
 Caselas
 Encarnação
 Madre de Deus, ou do Alto dos
 Toucinheiros
 Terras do Forno

Alto da Ajuda	
(primeira fase)	1933-1938
(ampliação)	1939-1940
Alto da Serafina	1933-1938
Calçada dos Mestres	
(primeira fase)	1940-1943
Caselas	(1949-1950)
Encarnação	1940-1943
Madre de Deus	1939-1942
Terras do Forno	1933-1938

Fig.22 Bairros de casas económicas distribuídos até 1950, segundo Cachulo da Trindade

Fig.23 Anos em que se levou a efeito a construção dos bairros de casas económicas

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE CASAS ECONÓMICAS DURANTE AS DÉCADAS DE 30 E 40

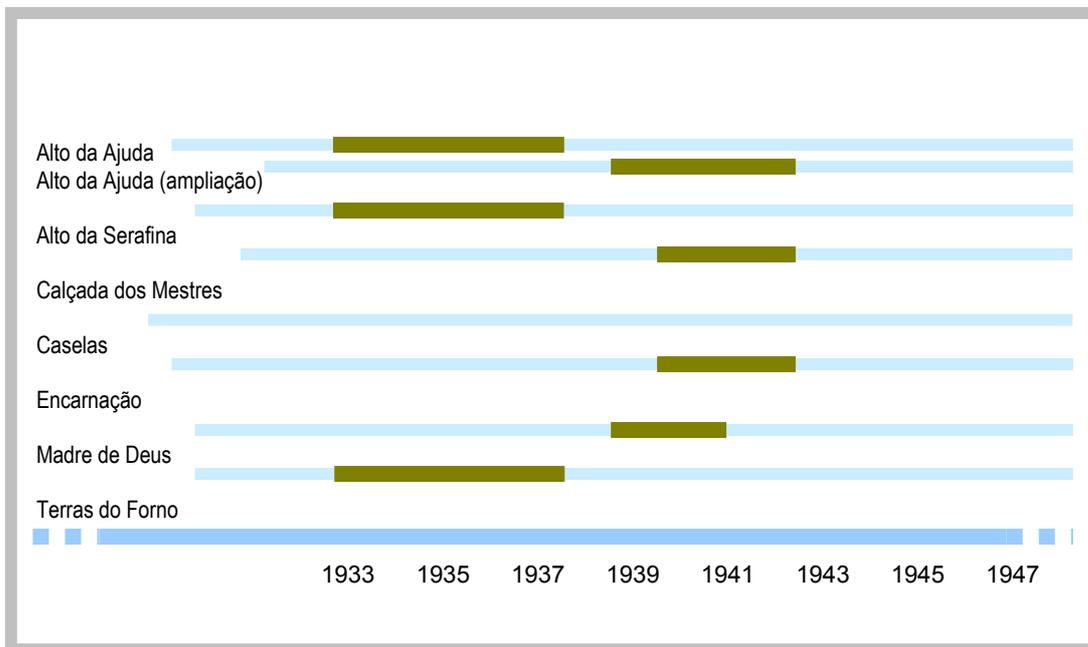


Fig.24 Bairros projectados e construídos no âmbito do Programa de Casas Económicas de 1933

Podem considerar-se ao longo dos períodos em estudo alguns momentos-chave, em que se tomou maior quantidade de decisões de construção de bairros, bairros estes, por sua vez, que apresentam também homogeneidade morfológica nas grandes linhas de construção. Também o surgimento de outros programas de habitação social é revelador das mudanças ocorridas.

De 1933 a 1938. Implementação do programa e primeiro momento de construção.

Com a implementação do Programa de Casas Económicas deu-se início à construção de três bairros: o bairro do Alto da Serafina, o bairro do Alto da Ajuda e o o bairro das Terras do Forno. (Fig. 24, 25)

“Grupo de Casas Económicas” do Alto da Ajuda⁸⁶

Este agrupamento de casas económicas (Ver planta em anexo) foi construído em duas fases, tendo tido a primeira, iniciada logo em 1933, um carácter experimental. Nessa primeira fase apenas se construíram casas de classe A, que representariam depois de finalizado o bairros, 21% do total. Predominava o tipo II (relativo ao número de divisões das casas). É o quarto maior bairro de casas económicas (sendo o maior o da Encarnação), com uma área aproximada de 7,8 ha⁸⁷. Foi designado inicialmente por Casas Económicas dos Telheiros da Ajuda (ocidental e oriental) e existem⁸⁸ dois estudos distintos, uma para o lado Oeste e outro para o lado Este. Previu-se uma área livre no centro, com um pequeno jardim, a Sul embora depois, os dois lados (ocidental e oriental) apareçam unidos.



Fig.25 Localização dos bairros de Casas Económicas iniciados em 1933. (1) Terras do Forno, (2) Alto da Ajuda e (3) Alto da Serafina

“Grupo de Casas Económicas” do Alto da Serafina

A construção deste agrupamento de casas económicas (Ver planta em anexo) também se iniciou em 1933. Processou-se em duas fases, tendo a primeira um carácter experimental, e predominando então a realização de casas de categoria A, e de tipo II. A primeira fase de construção ocupou uma área de cerca de 6,3 ha. Após o início dos trabalhos foi decidido destruir Bairro da Liberdade, um miserável bairro de barracas próximo daquele local, e realojar ali os seus habitantes. O arquitecto Paulino Montês foi o responsável pela elaboração do plano, que seria apresentado à Câmara Municipal de Lisboa em 1944. Este plano visava a integração do Aqueduto de forma adequada e, além das habitações económicas, previa uma zona destinada a equipamentos colectivos, bem como espaços públicos. Ao que parece, este projecto não foi concluído.

⁸⁵ Enumeração dos bairros de casas económicas distribuídas até 1950 dada por Cachulo da Trindade. Nela figuravam também três bairros que não se incluem no presente estudo porque não foram projectados no âmbito do Programa de Casas Económicas, sendo apenas nele incluídos depois. É o caso do Arco do Cego, da Ajuda e do Alvito. Cachulo da Trindade (1951), op.cit.

⁸⁶ Os anos em que se levou a efeito a construção dos bairros aparecem referidos em Bairros Económicos I-Lisboa, uma publicação do MOPC, de Dezembro de 1942.

⁸⁷ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit., p 119

⁸⁸ *ibidem*

“Grupo de Casas Económicas” das Terras do Forno

O agrupamento de casas económicas das Terras do Forno (Ver planta em anexo) foi outro dos bairros cuja construção teve início em 1933. Foi projectado, logo à partida, com duas as categorias de casas, A e B, destinadas a populações de diferentes níveis de rendimento, previstas no Programa de Casas Económicas. Predominava o tipo II (relativo ao número de divisões das casas), nas duas categorias. É o bairro de menores dimensões, ocupando um área de 6,2 ha, aproximadamente.

Foi inaugurado em 1938, nas proximidade da Praça do Império, onde, dois anos depois, teve lugar a Exposição do Mundo Português.

De 1938 a 1943. Os primeiros reajustamentos, o surgimento do Programa de Casas Desmontáveis e o segundo momento de construção

Apesar do entusiasmo que acompanhou estas primeiras realizações era forçoso reconhecer a



Fig. 27 Localização dos bairros de Casas Económicas iniciados nos anos de 1939 e 1940. (4) Calçada dos Mestres, (5) Madre de Deus e (6) Encarnação

insuficiência do Programa de Casas Económicas face ao número de populações que dele verdadeiramente necessitavam.

No entanto, durante a sua primeira década de existência, apenas se verificariam pequenas alterações ao decreto inicial. Concretizava-se já a transferência de responsabilidades (antes exclusivamente nas mãos do Estado e dos Municípios) agora cada vez mais confiadas às instituições de previdência social, organismos corporativos e empresas concessionárias de serviços públicos,

bairros de Habitação Social. Estas instituições promoviam gradualmente a construção de bairros para os seus sócios, empregados ou pensionistas. Também as entidades particulares eram encorajadas a produzir habitação social.

No contexto das Comemorações dos Centenários, o Programa de Casas Económicas conhece um momento de grande fôlego. As expropriações levadas a cabo no quadro do Regime dos Centenários trouxeram como consequências a diminuição do preço dos terrenos para a construção, afectando todo o sector da construção e o da habitação social em particular.

Promoveu-se a construção de mais 2000 casas económicas nas condições do Decreto Lei nº 23052, sendo que, destas, 1200 seriam da classe A, e 800 da classe B⁸⁹. Localizar-se-iam em

⁸⁹ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 112

sítios saudáveis e higiénicos, previstos no PGUEL e na proximidade possível dos centros urbanos, dos postos de trabalho e com acesso a meios de transporte baratos.

Surge uma inovação importante, que se pode entender no contexto do Regime dos Centenários e na esteticização da cidade que se pretendia levar a cabo. Esta inovação é o abandono da construção de casas térreas que se entendeu apresentarem um aspecto demasiado pobre e pouco elegantes ao gosto cidadão⁹⁰. Também passa a ser maior o valor limite de custo de produção passam a poder aumentar para maior qualidade das casas⁹¹.

Nos anos de 1938 e 1939, além da ampliação do bairro do Alto da Ajuda deu-se início à construção dos bairros da Madre de Deus, da Encarnação e da Calçada do Mestres. (Fig.24,27)

“Bairro de Casas Económicas” da Madre de Deus

A construção do Bairro de Casas Económicas da Madre de Deus (Ver planta em anexo), de autoria do Arquitecto Luís Benavente, teve início em 1939, depois da conclusão das primeiras fases dos bairros do Alto da Ajuda e do Alto da Serafina, e da finalização do bairro das Terras do Forno.

Estava prevista a construção de 510 casas económicas, das quais se tinham concluído 472 em 1942. Tal como refere Nunes Silva, em 1970 dava-se por estabilizado o bairro, estando construídas 494 moradias, 254 de categoria A e 240 de categoria B, predominando o tipo II nas duas categorias. É o segundo maior bairro de casas económicas de Lisboa, com uma área de 13,6 ha.

Bairro de Casas Económicas da Encarnação

Este grande bairro (Ver planta em anexo) começou a ser construído em 1940. É o que ocupa maior área, relativamente a todos os bairros de casas económicas construídos no período em estudo. É de autoria, tal como parte do bairro do Alto da Serafina, do arquitecto Paulino Montês com a designação de Extensão Nordeste de Lisboa. Segundo Nunes Silva⁹², este foi o único bairro de casas económicas em que a Câmara Municipal de Lisboa obteve resultados positivos quanto a remuneração pelas verbas investidas. Refere também este autor que a distribuição das casas, feita pelo Instituto Nacional de Previdência, se iniciou em 1944, num momento em que ainda não havia meios de transporte que o conectassem à cidade, pelo que houve nessa altura poucos candidatos para ocupação das casas. Quando passou a existir um autocarro de ligação ao centro urbano a servir aquela zona, a procura avolumou-se de forma desproporcional às casas disponíveis no bairro e a distribuição pelos candidatos (excluindo grande parte deles) ficou marcada por suspeitas de corrupção.

⁹⁰ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p26

⁹¹ CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l, p21

⁹² SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 123

A atribuição dos fogos era feita mediante várias condições, o auferimento de um rendimento suficientemente elevado para poder pagar a prestação mensal; a submissão a determinados critérios de selecção e ainda a sujeição à lista de espera, momento duvidoso do processo em que recaíam as suspeitas de desonestidade no processo.

“Grupo de Casas Económicas” da Calçada dos Mestres

A construção deste bairro (Ver planta em anexo) conheceu duas fases, tendo a primeira sido iniciada em 1940. Apresentava casas das duas categorias, A e B, predominando o tipo II. A autoria do projecto, datado de 1939, é dos arquitectos Vasco Pereira de Lacerda Marques e José de Lima Franco⁹³.

O bairro desenvolve-se numa extensão de cerca de 8,2 ha, sendo o que ocupa o terceiro lugar em termos de dimensão.

Apesar da construção destes bairros constatava-se uma vez mais que a inflexibilidade do Programa de Casas Económicas impedia o acesso aos seus benefícios por uma grande parte da população carenciada. O reconhecimento das limitações da aplicabilidade do Programa de Casas Económicas aos grupos sociais com menos recursos, e vivendo em situações de maior precariedade levou a que, a par da decisão da construção de mais 2 000 casas económicas durante os anos de 38, 39 e 40, o Decreto Lei nº 28912, de 12 de Agosto de 1938 implementasse um novo programa de habitação social, o Programa de Casas Desmontáveis.

O Programa de Casas Desmontáveis, directamente influenciado pelo ideário do Programa de Casas Económicas, tinha também por modelo a casa unifamiliar, isolada, com horta e em agrupamentos que deviam incluir alguns equipamentos de uso colectivo. Neste caso, as casas eram construídas com materiais provisórios.

Este Programa de casas desmontáveis destinava-se a alojar provisoriamente aquelas populações mais pobres, preparando-as para um posterior acesso ao Programa de Casas Económicas⁹⁴. A justificação moral no discurso oficial para esta discriminação social era dada pelo facto de um dia mais tarde, poderem ter acesso à casa própria, objectivo propagandeado do regime, dentro do Programa de Casas Económicas.

Os bairros de casas desmontáveis eram edificados e distribuídos a título precário pela Câmara Municipal de Lisboa, que assumia a responsabilidade institucional do programa, embora o Governo também comparticipasse nos custos⁹⁵⁹⁶.

Desaparecia a política única de habitação social, o Programa de Casas Económicas deixava de ser o programa exclusivo do regime e o objectivo inicial de acesso generalizado à

⁹³ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p 124

⁹⁴ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 49

⁹⁵ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 73

⁹⁶ Estavam então em curso, como se referiu no capítulo consagrado à nova política urbana municipal, grandes obras de urbanização na cidade de Lisboa, no âmbito do PGUEL – Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, que estava naquele momento em realização e que implicaram a destruição de vários bairros de barracas. Alguns dos habitantes destes bairros foram realojados nos novos bairros provisórios de casas desmontáveis, nomeadamente no Bairro da Quinta da Calçada; das Furnas e da Bela Vista.

propriedade da casa com apoio estatal era abandonado face à necessidade extrema de albergar estas populações, o que obrigou à opção por novas modalidades de realojamento.

A construção avultada de bairros dos dois programas de habitação social deu bem a imagem da

grande capacidade concretizadoras do Estado só possível com a concentração de poderes na figura de Duarte Pacheco. Como veremos, com o fim do Regime dos Centenários e com a morte de Duarte Pacheco, a evolução destes programas seguiria um caminho bem distinto.

De 1943 e 1945. A confirmação de um caminho diferente.

As condições em que tinha surgido o Programa de Casas Económicas, nos anos áureos do início do Estado Novo, e em que posteriormente se tinha implementado o Regime dos Centenários tinham-se alterado profundamente. O advento da 2^a Guerra Mundial veio encarecer muito o preço dos materiais de construção e energia⁹⁷ que se reflectiram imediatamente nos custos de construção das casas. O fim do Regime de Centenários e a morte de Duarte Pacheco, em 1943 tinham inviabilizado a perspectiva global de gestão e ordenamento do território e dos recursos económicos que tinha caracterizado o momento anterior. Promulgou-se o Decreto Lei nº 33278, a 24 de Novembro, que iria iniciar uma série de reajustamentos ao Programa de Casas Económicas, tal como tinha vindo a ser posto em prática (Fig.26).

Este Decreto Lei vinha acentuar a diferença entre os dois programas – de Casas Económicas e de Casas Desmontáveis -, investindo o segundo de uma importância crescente, encarado como solução válida a preservar. Operaram-se algumas alterações importantes no Programa de Casas Económicas, sendo a mais significativa o seu alargamento a um grupo maior de candidatos, e de rendimento superior ao dos primeiros beneficiários. Criavam-se novas classes C e D, também com três tipos⁹⁸.

O Decreto Lei nº 33278 assumia, no fundo, que o Programa de Casas Desmontáveis não podia ser apenas uma solução transitória. As casas desmontáveis eram, sim, a solução mais barata e quase definitiva para alojar essas populações.

Afirmava-se portanto, cada vez mais, um tratamento bastante diferente entre diferentes grupos sociais: o Programa de Casas Económicas absorvia os grupos sociais de maiores recursos enquanto o Programa de Casas Desmontáveis se destinava aos pobres.

Esta linha de acção, nascida com o Decreto Lei nº 33278 de 1938, e afirmada agora em 1943, ver-se-ia confirmada, como veremos, pelos desenvolvimentos ulteriores. O regime procurava manter um nível significativo de iniciativas que demonstrassem (junto da população) a continuação do seu vigor e capacidade de concretização. De facto, construíram-se vários bairros de casas económicas e outros de casas desmontáveis durante estes anos.

⁹⁷ SILVA, Carlos Nunes (1994), *op.cit.*, p 103

⁹⁸ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 51

A partir de 1945: a debilidade progressiva do Programa de Casas Económicas e surgimento do Programa de Casas de Renda Económica. Terceiro momento de construção⁹⁹(Fig. 24)

Esta crise generalizada advinda do fim da 2ª Guerra e o conseqüente descrédito do regime implicou um reajustamento em várias áreas da política até à data levadas a cabo, a que não escapou a política urbana, e particularmente a da habitação social. As premissas e as instituições (CML e MOP) em que tinham assentado estas políticas tinham-se vindo a alterar gradualmente e conheciam agora mudanças definitivas.

Como se referiu, depois da morte de Duarte Pacheco tinha-se passado de um sistema quase perfeito do ponto de vista da coordenação de esforços e de cooperação entre instituições, a uma situação de desmembramento institucional e de fragmentação dos poderes.

A esta situação acrescentava-se a falta de fundos generalizada e uma nova visão institucional das supostas vantagens da intervenção privada, no sentido de se descartar de algumas responsabilidades antes a seu cargo.

A política de casas económicas começava a dar mostras de grande enfraquecimento, na impossibilidade de se prosseguir com o regime de expropriações para obtenção de terrenos baratos e sem o financiamento facilitado de outrora. A utilização dos capitais das Caixas de Previdência revelar-se-ia como a solução possível para a prossecução dos programas Habitação social¹⁰⁰.

É certo que, como vimos, se vinha fazendo desde 1938 um caminho de desvio aos propósitos iniciais do Programa de Casas Económicas, através da publicação dos vários decretos-lei referidos. Também é um facto que, desde o início nestes programas estava prevista a transferência de responsabilidades do Estado e da Câmara Municipal de Lisboa, mas foi neste momento que estas alterações se tornam irreversíveis e representam uma viragem, de facto na política de habitação social.

Duas medidas são tomadas quase em simultâneo. Por um lado, a opção definitiva pelo Programa de Casas Desmontáveis – sob outra designação, Programa de Casas para Famílias Pobres – como programa autónomo e solução a praticar deste momento em diante para as populações necessitadas e com menor nível de rendimento, e por outro, a implementação de um programa que acabaria por se sobrepor ao das Casas Económicas, o Programa de Casas de Renda Económica. (Fig.26)

⁹⁹ Dentro do período em estudo no presente trabalho. O Programa de Casas Económicas prolongar-se-ia até 1972

¹⁰⁰ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 107

O Programa de Casas de Renda Económica foi implementado com a promulgação da Lei nº 2007. Este programa representou a alternativa possível (e escolhida) ao Programa de Casas Económicas, em relação ao qual apresentava diferenças fundamentais quanto aos pressupostos ideológicos, à forma de financiamento, às instituições interventoras, etc. A sua aplicação, recorrendo aos capitais das Caixas de Previdência, visava permitir aos candidatos



Fig 28. Localização do bairro de Caselas (7).

uma maior variedade de oferta de habitação. Tratava-se de construção de habitação destinada a arrendamento, o que implicava o abandono do regime de renda resolúvel. Também o modelo exclusivo da casa unifamiliar com horta era abandonado, aceitando-se a partir de agora, a construção em altura, com um máximo de três pisos¹⁰¹.

Face às transformações de ordem política, económica e social então ocorridas, as casas económicas e o

regime de renda resolúvel tinham deixado de ser sustentáveis¹⁰². Os dois novos programas – o Programa de Casas para Famílias Pobres e o Programa de Casas de Renda Económica – sobrepujaram-se rapidamente ao Programa de Casas Económicas, que continuava vigente. Cinco anos após a sua implementação já representavam 30% das intervenções de habitação social¹⁰³.

Os bairros de Casas Económicas iam-se construindo lentamente, eram : “a derradeira e desesperada trincheira do dogma salazarista”¹⁰⁴ foram defendidos até ao limite da sua racionalidade pelo regime, resistindo às análises de custos e ao exemplo europeu, e às reivindicações dos próprios arquitectos, nomeadamente os do congresso de 48. O bairro de Caselas é o bairro de casas económicas mais tardio, construído segundo os moldes do programa de 1933.

“Grupo de Casas Económicas” de Caselas

Em relação a este bairro (Ver planta em anexo) foi encontrada pouca informação. O autor até agora citado apenas refere que no início da década 50 ainda estava em construção,

¹⁰¹ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 60

¹⁰² *ibidem*

¹⁰³ BAPTISTA, Luís Vicente (1999), p. 94

¹⁰⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio e José Manuel Fernandes (1986). «A arquitectura do Estado Novo 1926-1959», in *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Ed. Fragmentos, Lisboa, p 332

encarregando-se a Câmara Municipal de Lisboa dos arruamentos e esgotos, e o Estado, da construção das casas¹⁰⁵.

A conclusão e a ocupação das casas fez-se em duas partes, uma em 1949 e outra em 1950, segundo informação dada por uma moradora.

Os procedimentos seguintes no âmbito da habitação social, em Lisboa, vêm confirmar o predomínio destes dois programas em detrimento do Programa de Casas Económicas de 1933.

Os primeiros bairros construídos vinculam-se às características dos primeiros anos, e marcaram-se pela existência de muito entusiasmo em torno da nova iniciativa. Estes bairros foram construídos de forma experimental e os seus resultados foram muito enaltecidos pela propaganda oficial. De um modo geral as casas caracterizam-se por um despojamento formal e um aspecto “económico”. Concentram-se no lado ocidental da cidade.

Os segundos bairros construídos surgem já na vigência do Regime dos Centenários. São muito maiores no que toca à dimensão do espaço ocupado e no que toca ao número de casas construídas. Paralelamente, constroem-se ampliações de alguns dos bairros iniciados anteriormente. As casas deixam de ser térreas, apresentam fachadas mais elaboradas, e um ar mais “aportuguesado”. Os novos bairros concentram-se agora mais no lado oriental da cidade (Fig. 29, 30).



Fig.29 Casas do Bairro do Alto da Ajuda, fotografia não datada, (primeiro momento em estudo)



Fig.30 Casas do Bairro da Encarnação, 1940 (segundo momento em estudo)

¹⁰⁵ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p.126

O PROCESSO DE PARCELAMENTO, URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DOS BAIROS DE CASAS ECONÓMICAS E O SEU “MODELO”

Como muito bem explica, referindo-se à complexidade de estratos que uma cidade apresenta, Solà-Morales i Rubió, o tempo é o elemento fundamental no entendimento dos espaços construídos¹⁰⁶. Segundo este autor, a riqueza morfológica e a variedade dos espaços urbanos depende, em grande medida, dos tempos que medearam entre os grandes momentos da sua construção: o parcelamento, a urbanização e a edificação.

Esses intervalos de tempo, ou compassos de espera, bem como a ordem em que se desenrola o processo, dependem da interação mais ou menos pacífica e cordata entre os muitos agentes que intervêm na construção do espaço edificado, e da forma como se planeia (ou não) o evoluir do “baile urbanístico”¹⁰⁷

Nos centros das cidades, que se desenvolveram organicamente ao longo do tempo, esse jogo de forças apresenta-se bem evidente, nos tecidos por vezes irregulares, e na coexistência de épocas num mesmo aglomerado edificado.

A cidade é, assim, mais do que um somatório de elementos que vão surgindo em épocas distintas. A cidade vive desta dialética entre elementos construídos em vários momentos, mas também das intenções de construção, das intervenções de planeamento, das ausências, do processo de parcelamento, etc. Na combinatória possível entre estes momentos, e do que em cada um se vai concretizando, surge a cidade. O autor referido propõe uma leitura dos espaços urbano, levando em conta esses momentos.

Tal como vimos no capítulo dedicado às linhas gerais do Programa das Casas Económicas, estavam bem estabelecidos, à partida e por legislação específica, os momentos do processo da realização, os vários intervenientes e as suas competências.

Recapitulemos aqui, sinteticamente, esse processo:

Tal como Nunes Silva refere¹⁰⁸ o processo, nos moldes iniciais em que foi instaurado pode detalhar-se da seguinte forma:

A Câmara Municipal de Lisboa adquiria terrenos baratos através de expropriações (ia comprando terreno barato e periférico, onde se avizinhava possível) Também competia à Câmara Municipal de Lisboa (com participações estatais) a sua urbanização.

O parcelamento fazia-se de acordo com as classe e tipos de casa a construir, previamente estabelecidos no projecto (adquirido ou seleccionado em concurso) fornecido pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que pertencia ao Ministério das Obras Públicas.

A este último, competia a superintendência na construção propriamente dita das casas, que se iniciava o mais depressa possível.

¹⁰⁶ RUBIÓ, Manuel de Solà- Morales i (1991). *Las formas de crecimiento urbano*, Col.lecció d'Arquitectura, Laboratori d'Urbanisme, Editions Universidad Politècnica de Catalunya, Barcelona, p.19

¹⁰⁷ *ibidem*

¹⁰⁸ SILVA, Carlos Nunes (1994), op.cit, p.108

Como vimos, embora outras instituições tenham também participado (organismos corporativos, instituições de previdência social, e até privados) estava nas mãos dos poderes públicos, de um modo geral, a realização dos bairros.

Algumas vezes ter-se-á prolongado por vários anos a finalização dos bairros mas, de um modo geral, a necessidade extrema de proporcionar habitação, a urgência na obtenção de resultados rápidos e a extrema coordenação de esforços entre instituições, levou a que, seguramente na maior parte dos casos, os processos de parcelamento, urbanização e edificação se tenham realizado quase em simultâneo. Mesmo nos casos em que tardou a realização de alguma das fases, ou em que possa ter havido demoras, todo o processo estava montado à partida e sem hesitações.

Os bairros de casas económicas apresentam, por isso, um traçado claro e racionalizado (ver plantas dos bairros em anexo) que quase adopta ou procura um agenciamento simétrico das ruas e dos eixos, com manifesta preferência pela simetria em alguns casos, monotonia nas edificações, apresentando-se isolados da cidade, no momento da sua construção.

Verificava-se uma predeterminação quase total dos espaços de residência e de espaços públicos, condicionando os seus usos, de acordo com a ideologia do regime e os valores que se propunha inculcar na população. As únicas concessões, como vimos, eram a possibilidade de se fazer “melhoramentos”, que se resumiam a pequenas alterações no quintal, nas vedações e embelezamento das fachadas.

A observação directa dos bairros revelou a existência de várias alterações nas edificações. Estas alterações acrescentam maior riqueza morfológica e adaptação às necessidades específicas de cada morador, afastando-se pontualmente, do traçado original das fachadas, mantendo embora a coerência do todo enquanto conjunto urbano¹⁰⁹.

Pode considerar-se que os bairros de casas económicas representam uma forma específica de crescimento urbano, que Solà-Morales i Rubió designou de “Polígonos”¹¹⁰. Segundo este autor, os “Polígonos”¹¹¹ caracterizam-se pela existência de um projecto unitário, em que toda a actuação e a gestão dos intervenientes e momentos no processo se confundem e se levam também, a cabo, de forma unitária¹¹². Esta forma de desenvolvimento urbano concretiza-se, segundo este autor, no surgimento de bairros que se desenvolvem como pacotes fechados e segregados no espaço da cidade, bem como pela monotonia interior.

Esta é bem a situação em que se encontrariam, nos anos próximos da sua conclusão, os bairros de casas económicas. Alguns dos bairros viram a cidade crescer à sua volta acabando por propiciar uma posterior integração na malha urbana.

109 A força do traçado é também salientada por Solà-Morales i Rubió, como o elemento chave, capaz garantir unidade e harmonia, em situações de diversidade de edificações. Nestes bairros, a existência de um traçado urbano unitário e unificador impediu a existência de desvios quanto ao todo urbanístico

110 RUBIÓ, Manuel de Solà- Morales i (1991). op.cit, p.89

111 Solução comumente aplicada no crescimento das periferias das cidades europeias no período que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, mas que teve os seus primeiros momentos em bairros deste tipo, como os “grupos de Casas Baratas”, de 1926-1929, RUBIÓ, Manuel de Solà- Morales i (1991), op.cit, p 89

112 RUBIÓ, Manuel de Solà- Morales i (1991). op.cit, p.22 e 91

A monotonia interior é quebrada pelas formas de alteração das fachadas e dos espaços anexos de transição entre rua e casa, única possibilidade de alteração das moradias concedida aos moradores, como vimos.

Características comuns ao desenho em planta dos bairros

O facto de estarmos perante um processo que se desenrola de forma unitária deu grande liberdade aos arquitectos para projectarem bairros inteiros e verem realizadas as suas propostas de forma quase integral, seguindo o desenho inicial, nomeadamente dos seus espaços públicos.

Da observação em planta dos vários bairros construídos pode estabelecer-se quase um modelo-

Existem duas igrejas, um centro cívico (com capela) e um jardim e em dois casos pontuais um elemento monumental de grandes dimensões, que precedeu a construção dos bairros. Este tipo, de que existem duas variantes e uma excepção. Trata-se de um modelo para o qual tendem as todos os bairros, não sendo sempre possível, pelas pré-existências topográficas ou outras que predeterminem o bairro.

Todos os bairros apresentam um eixo central muito vincado, a partir do qual se assiste a um desenvolvimento simétrico das ruas para ambos os lados. Este eixo central é geralmente pontuado por um equipamento colectivo (Fig. 31). monumento é o Aqueduto das Águas Livres, que se desenvolve linearmente e que foi assimilado na construção dos bairros como elemento central.

É a partir destes eixos centrais que os bairros se desdobram, procurando uma simetria entre ruas, nem sempre possível, dados os acidentes topográficos no terreno. Existem duas variantes quanto à configuração destas ruas:

- Ou são ruas rectilíneas, que se dispõem paralelamente;
- Ou são ruas curvilíneas, que se dispõem em grupos concêntricos.
- Também existem casos em que se combinam as duas situações.

Bairros	Pré-existência de povoações assimiladas no bairro	Pré-existência de Monumento significativo (Aquaduto)	Desenvolvimento do modelo - tipo eixo central, ruas direitas	Desenvolvimento do modelo – tipo eixo central, ruas curvilíneas	Sem eixo central e sem simetrias	Equipamento colectivo que pontua o eixo central
Alto Ajuda						
Alto Serafina						Aquaduto
Alvito						Centro cívico
Calçada dos Mestres						Aquaduto
Terras Forno						
Encarnação						Igreja
Madre de Deus						Jardim
Caselas						Igreja

Fig.31. Características dos bairros de casas económicas

A forma que adoptam em planta assemelha-se a um leque, que pode estar orientado de várias formas. As excepções, ou casos que mais se afastam deste modelo são: o bairro das Terras do Forno, o do Alto da Serafina e da Calçada dos Mestres.

O primeiro, o bairro das Terras do Forno, talvez pelo facto de se situar num terreno exíguo nas proximidades de importantes espaços da cidade, como a Praça do Império e delimitado por conjuntos edificados de grande importância pré-existent. Neste bairro não existe um eixo principal significativo, nem praticamente simetrias de ruas, nem grandes paralelismos.

Os bairros do Alto da Serafina e da Calçada dos Mestres constituem excepções porque se situam numa zona de terreno muito acidentado topograficamente e onde pré-existia um elemento de grande peso arquitectónico, na história da cidade, o Aqueduto das Águas Livres. Em ambos os bairros, de formas diferentes e em momentos diferentes se procurou contrariar essas dificuldades. O Aqueduto das Águas Livres foi assumido como eixo principal do bairro em ambos os casos, procurando-se dentro das características dos terrenos, obter um traçado regular e um agenciamento simétrico das ruas, recorrendo, por exemplo a grandes escadarias, como acontece no bairro da Calçada dos Mestres.

ESTUDO DE CASOS: BAIRRO DO ALTO DA SERAFINA(1933), BAIRRO DA MADRE DE DEUS (1939) E BAIRRO DA ENCARNAÇÃO (1940)

ESTUDO DO ESPAÇO PÚBLICO

Foram tomados como casos de estudo três bairros de casas económicas que apresentam intervenções artísticas colocadas por iniciativa pública.

O Bairro do Alto da Serafina corresponde ao primeiro momento do programa. A sua construção teve início em 1933. Destinado a populações de baixos recursos económicos, nele predominavam as casas de categoria A e de tipo II. As casas eram ainda térreas, despojadas de ornamentos e com fachadas simples, encarnando o sentido pleno da palavra “económicas”.

O Bairro da Madre de Deus e o Bairro da Encarnação inserem-se no segundo momento do programa (e último abrangido por este estudo), já mais direccionados para as classes médias, com o surgimento de novas categorias: C e D, e uma nova concepção do espaço do bairro e da própria aparência das fachadas.

Apesar de se ter constatado a existência de um “modelo” com características comuns reconhecíveis em quase todos os bairros de casas económicas (definido pelos grandes eixos centrais e pelas pequenas ruas) a malha urbana existente acaba por depender, em grande medida, das características do local e do entendimento que dele se fez, privilegiando ora o pitoresco dos lugares, ora desenvolvendo-se livremente em planta, definindo as parcelas e o espaço neles edificado. A malha tende como veremos, nos casos em estudo para a regularidade, embora nem sempre seja possível.

A natureza do espaço público, quer sob a forma de ruas (espaços de passagem), quer sob a forma de praças (espaços de permanência), é em grande medida determinada pelo próprio projecto arquitectónico, revelando a sua leitura em planta, além das outras condicionantes topográficas e geográficas do local, um pouco das intenções que presidiram à sua concepção como todo.

Tomou-se como objecto de estudo o espaço público dos bairros de casas económicas, entendido como elemento organizador da malha urbana, alvo de um desenho próprio, intencional.

Espaço público do Bairro do Alto da Serafina (1933-1938)

O Bairro do Alto da Serafina (Ver planta em anexo) localiza-se num terreno com características peculiares, designado por Vale de Alcântara. Trata-se de um terreno com uma topografia acentuada, muito irregular e bastante inclinado. Convive paredes-meias com um monumento de importância capital na cidade de Lisboa: é atravessado pelo lanço noroeste Aqueduto das Águas Livres, uma enorme estrutura de pedra, construída em 1753 e que se destinava ao abastecimento de água à cidade de Lisboa (Fig. 32). Estas poderosas preexistências



Fig 32. Aqueduto nos primeiros anos do bairro

determinaram em grande medida a malha urbana anterior à construção do bairro, bem como a configuração do projecto e o aglomerado resultante.

O Bairro do Alto da Serafina conflui com o que resta do Bairro da Liberdade, de edificação muito anterior, em tempos um bairro de barracas, com grande densidade de ocupação, e de que subsistem “pátios” sobrelotados e ruas onde pululam pessoas.

Da observação da planta (Fig. 35) verifica-se a integração do aqueduto como elemento

estruturador e de clivagem do bairro. Debaixo das suas arcadas e prolongando-se lateralmente define-se uma rua, o eixo principal do bairro, como que uma alameda entrecortada. É também aí que se abre como que pequenos largos nas terminações das ruas, destacando-se o maior, que assume dimensões de uma pequena praça ou largo, que constitui como que o centro do bairro.



Fig.33 O Balneário nos anos 50

A Oeste do Aqueduto, e partindo desse largo esboça-se um eixo importante, de onde partem, de forma vagamente simétrica enfiamentos de ruas estruturantes, que circundam o espaço como que em dois anéis concêntricos. Cada grupo de ruas parece adaptar-se à complexidade topográfica do terreno, conferindo um aspecto de aldeia, com as suas pequenas ruas em planta. Existe também uma pequena praça a Noroeste.

Quanto à parte do bairro que se desenvolve a Nordeste do aqueduto novamente a dependência das características topográficas e geológicas se faz notar no tecido edificado, desenvolvendo-se agora numa estrutura aproximadamente ortogonal. Um importante eixo parte também do largo central culminando noutra pequena praça dotada de equipamentos: o

Balneário (Fig 33) e o Posto da PSP - Polícia de Segurança Pública. Na fachada principal do balneário encontra-se adossada uma intervenção artística. (Fig. 33,36)

O bairro estrutura-se assim em torno de um enorme eixo, o Aqueduto, um espaço atravessável e em torno do qual se abre um largo ou praça maior e outras pequenas áreas que se desenham na terminação das ruas. O Aqueduto constitui, pela sua dimensão e relação de escala como o resto do bairro, o elemento predominante e estruturador daquele aglomerado urbano. As ruas que existem de um lado e de outro, são ruas de passagem, que vão diminuindo a largura e o comprimento de acordo com a sua importância.

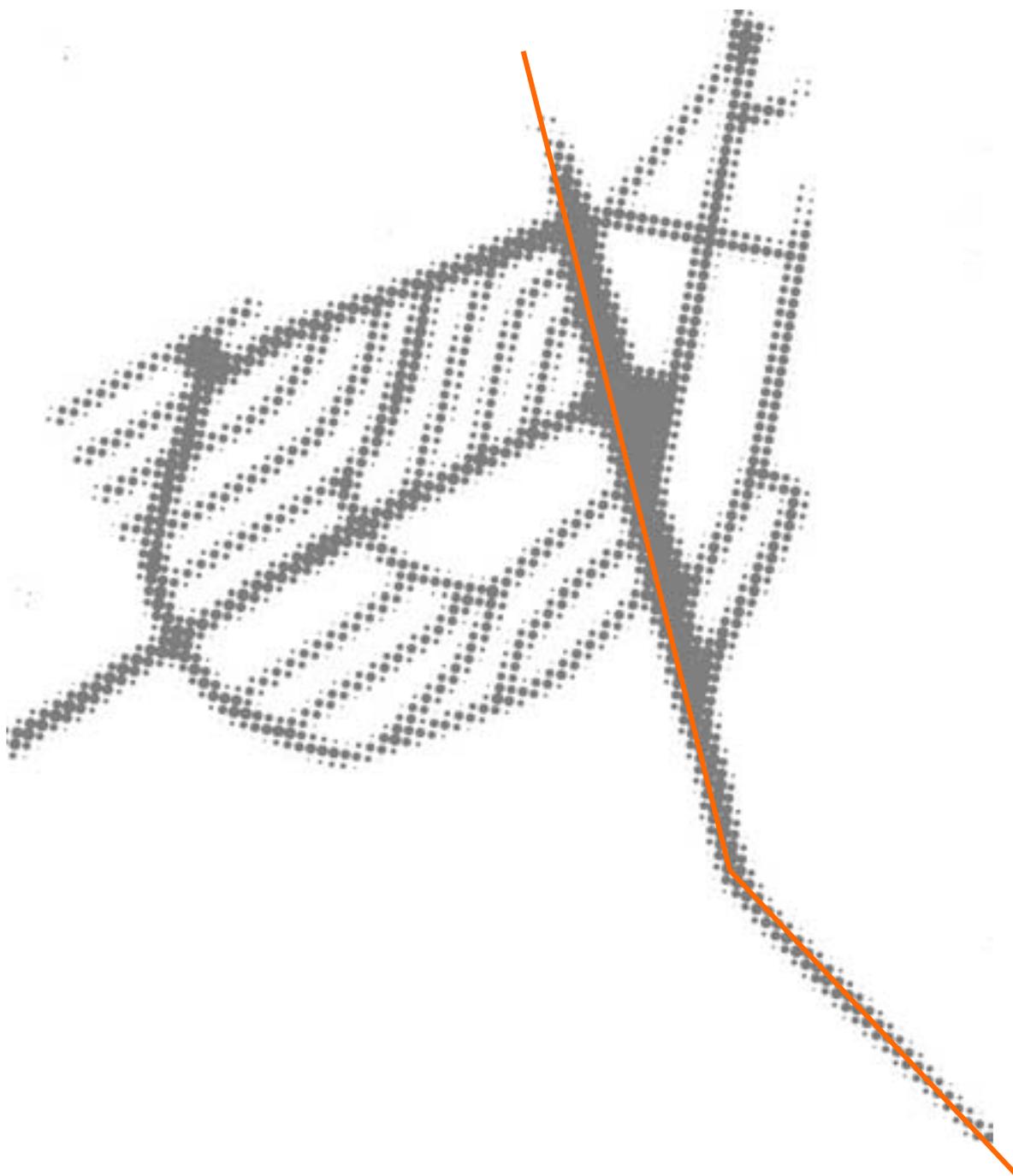
As casas distribuem-se em fileira nos espaços existentes entre as ruas, em quarteirões. As casas térreas, geminadas, apresentam hortas ou quintais no espaço traseiro.

O plano das fachadas, entrecortadas com os espaços envolventes das moradias acompanha sempre, paralelamente, a rua, ou via de circulação, embora intermediado por um espaço fronteiro de canteiros, vedado ou não. Relativamente à forma como se dispõem as casas em relação às ruas verificam-se duas situações. Ou a rua é ladeada por fachadas de ambos os lados, dispondo-se as casas frente a frente, ou a rua é ladeada pelas fachadas das casas apenas num lado, sendo o outro lado da rua marginado pelos muros ou vedações das hortas das traseiras de outra casa. As casas dispõem-se de forma a que a fachada se oriente para as traseiras da casa em frente. (Fig. 34)

Além da determinação da configuração das próprias ruas, estas duas situações, associadas às preexistências topográfica e geológica do território e à largura entre ruas, sua orientação e eventual curvilinearidade, definem quarteirões de características várias, que apresentam diferentes soluções na articulação entre solo edificado e áreas livres e contrariam o desenho estritamente simétrico, monótono na disposição hierarquizada das ruas.

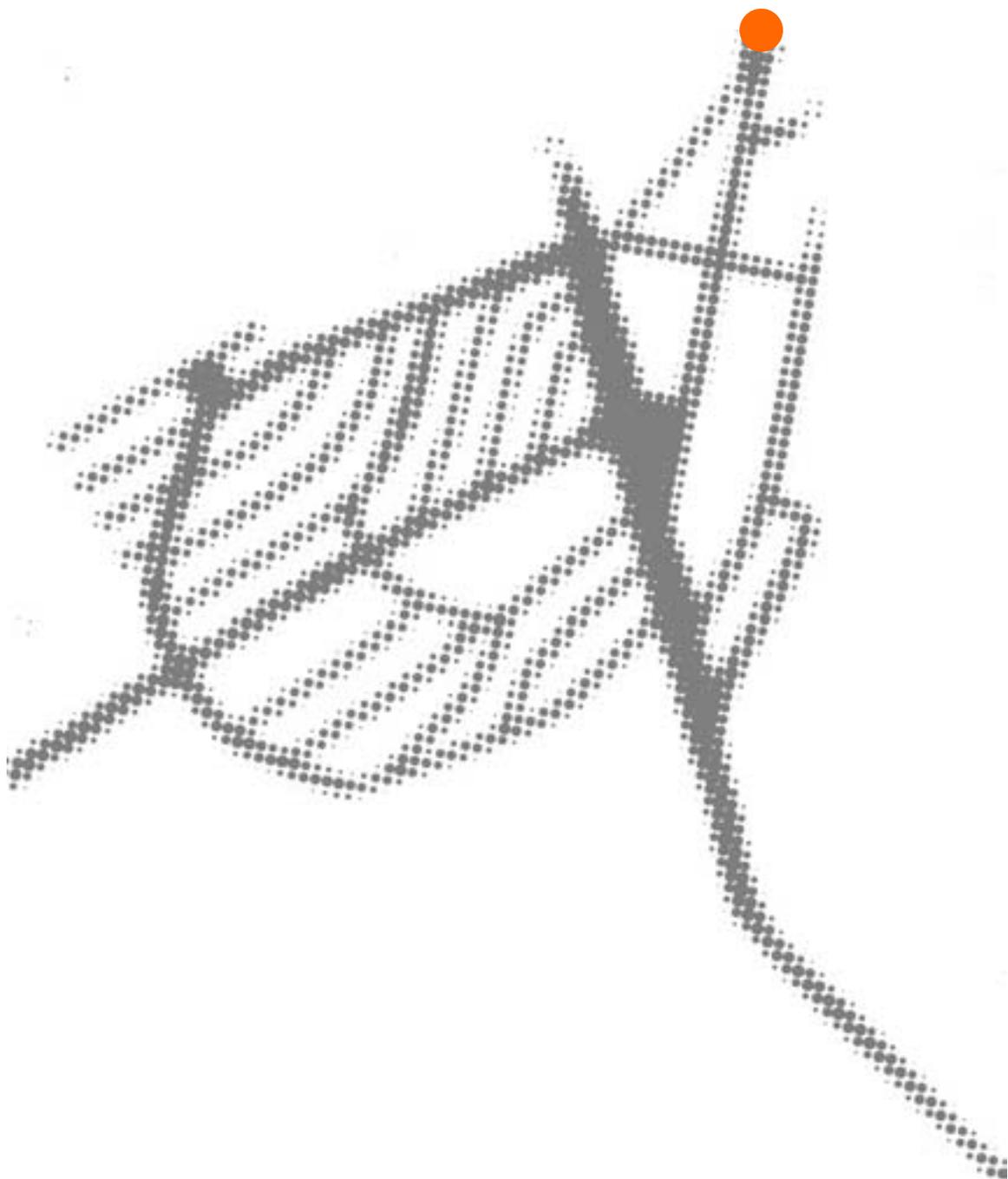
Não se verifica a existência de grandes praças ou outros espaços de permanência de dimensões significativas e apresentados características de acolhimento e lazer. Apenas se recenseiam como espaços de permanência, largos ou praças, os espaços existentes debaixo do aqueduto, em que se destaca o maior, e ainda as pequenas praças a Nordeste e a Noroeste.

Este é um espaço nitidamente hierarquizado em torno de um eixo central, marcado ainda pela poderosa preexistência do Aqueduto. O seu desenvolvimento processa-se lateralmente, verificando-se uma tentativa de estabelecer simetrias entre ruas e outros eixos de menor importância.



— Aqueduto

Fig 35. Espaços Públicos do Bairro do Alto da Serafina



Sereia (1948) Baixo-relevo cerâmico adossado à fachada central do Balneário da Serafina

Fig.36 Obras de arte implantadas nos espaços públicos do Bairro do Alto da Serafina

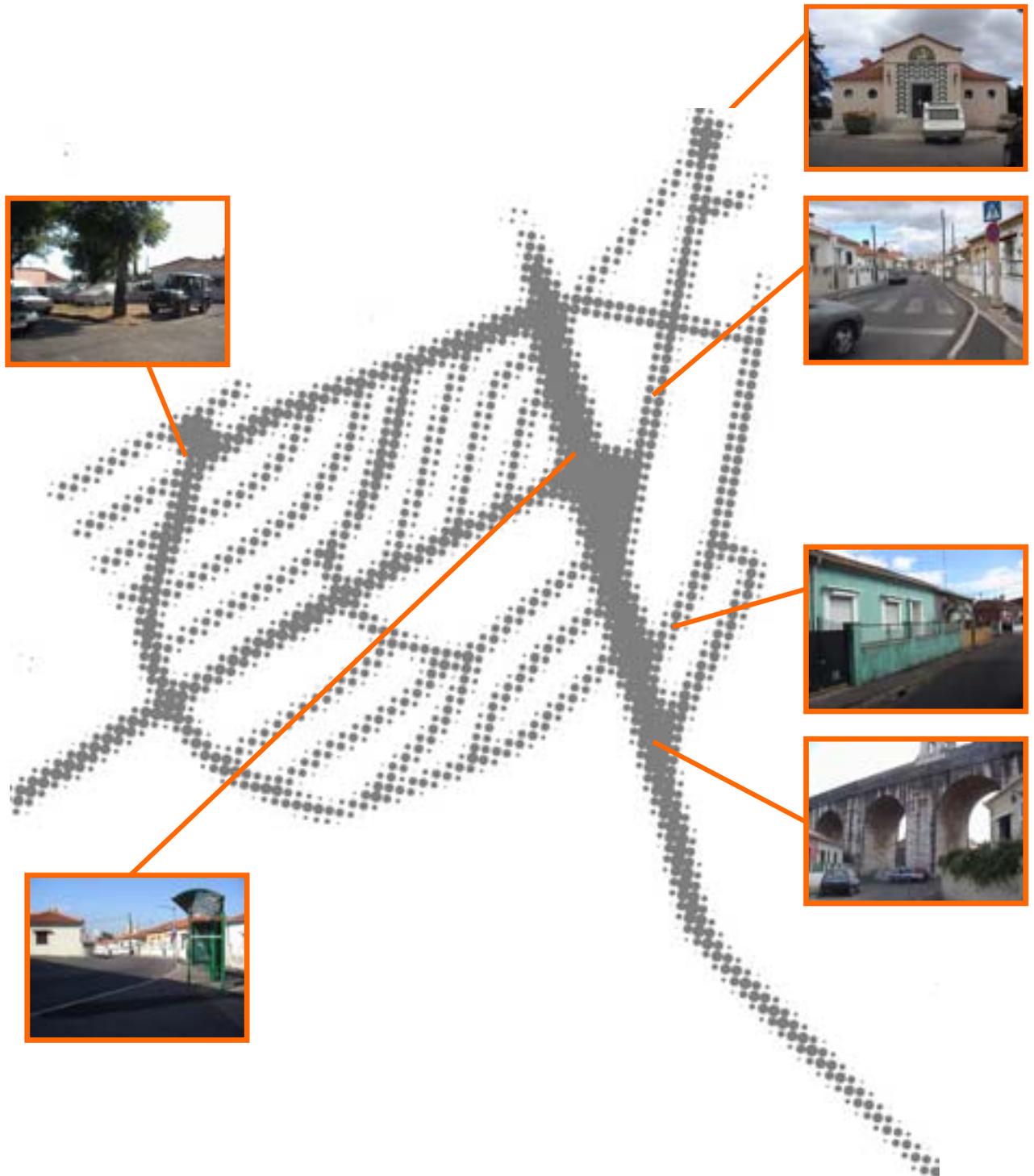


Fig.37 Espaços Públicos do Bairro do Alto da Serafina

Bairro do Alto da Serafina. Imagens do espaço público

Casas-tipo



Ruas-tipo



Espaços de transição



Edifícios de uso colectivo do bairro



Praças e outros “espaços de permanência”



Relação com Aqueduto



Espaço público do Bairro da Madre de Deus (1939-1942)

O Bairro da Madre de Deus (Ver planta em anexo) situa-se num terreno inclinado, numa área fabril e nas proximidades de bairros operários de construção anterior. Para a sua construção foram expropriadas sumariamente e demolidas bastantes habitações pré-existentes ao bairro¹¹³ de forma a propiciar a existência de um terreno amplo, onde, tal como no Bairro da Encarnação como se verá, se pôde projectar e construir um bairro quase simétrico.

(Fig. 38)



Fig. 38 Obras de construção do Bairro da Madre de Deus, 1944

O Bairro da Madre de Deus é um dos bairros em estudo que melhor encarna o "modelo" de bairro de casas económicas, pelo desenho quase simétrico e hierarquizado que adopta em planta.

O Bairro da Madre de Deus ostenta em planta a forma de um leque, que se desenvolve simetricamente a partir de um eixo principal central (Fig. 39, 40). Este eixo, uma alameda, parte de uma bifurcação de ruas (entrada do bairro) e culmina numa praça com um jardim, ou mata, de dimensões significativas.



Fig.39 Bairro da Madre de Deus, anos 50

Na praça central encontra-se uma intervenção escultórica recente.(Fig.41)

Circunscrevendo esta praça e o jardim, e intersectando o eixo principal central, desenvolvem-se várias ruas concêntricas, paralelas entre si, de acesso às habitações.

O bairro é rematado por dois pares de ruas que funcionam como eixos laterais secundários, dispostos simetricamente relativamente ao centro. Duas dessas ruas partem da praça central do bairro e as outras duas contornam o jardim.

Existem ainda, entre as ruas de acesso às casas, duas pequenas alamedas secundárias dispostas simetricamente face ao eixo central, uma de cada lado do bairro. Estas alamedas, espaços arborizados pedonais não se encontram pontuadas por nenhuma intervenção artística, apesar de parecerem preparados para desempenhar tal função...

As ruas de acesso às casas, mais estreitas do que a alameda central, são ladeadas pelos planos de fachadas edificadas. As casas encontram-se dispostas frente a frente.

Apesar da existência de um jardim, a maior parte dos espaços públicos são, uma vez mais, espaços de passagem, que assumem a forma de ruas estreitas ou alamedas, com poucos cruzamentos.

¹¹³ Segundo informação dada por uma moradora.

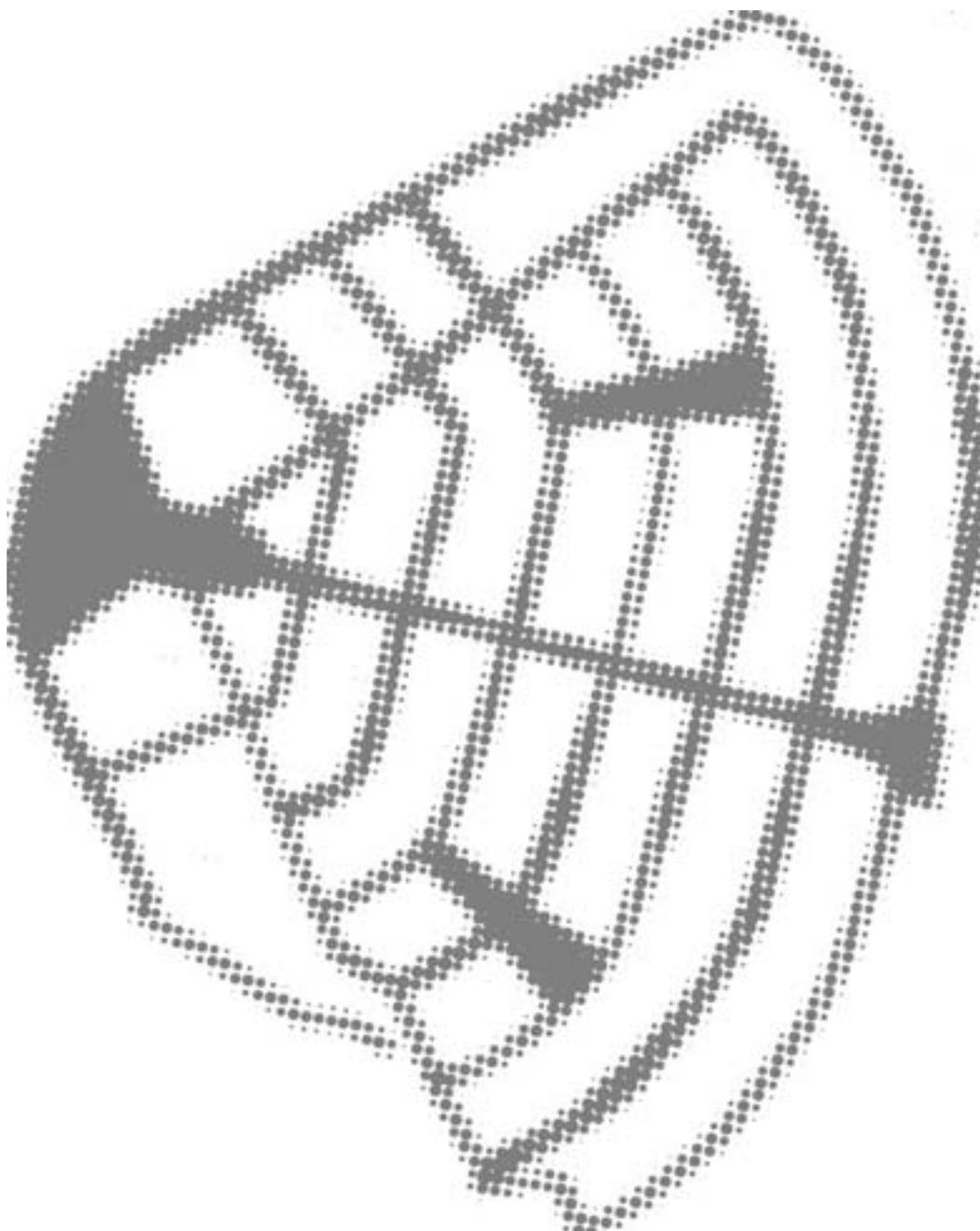
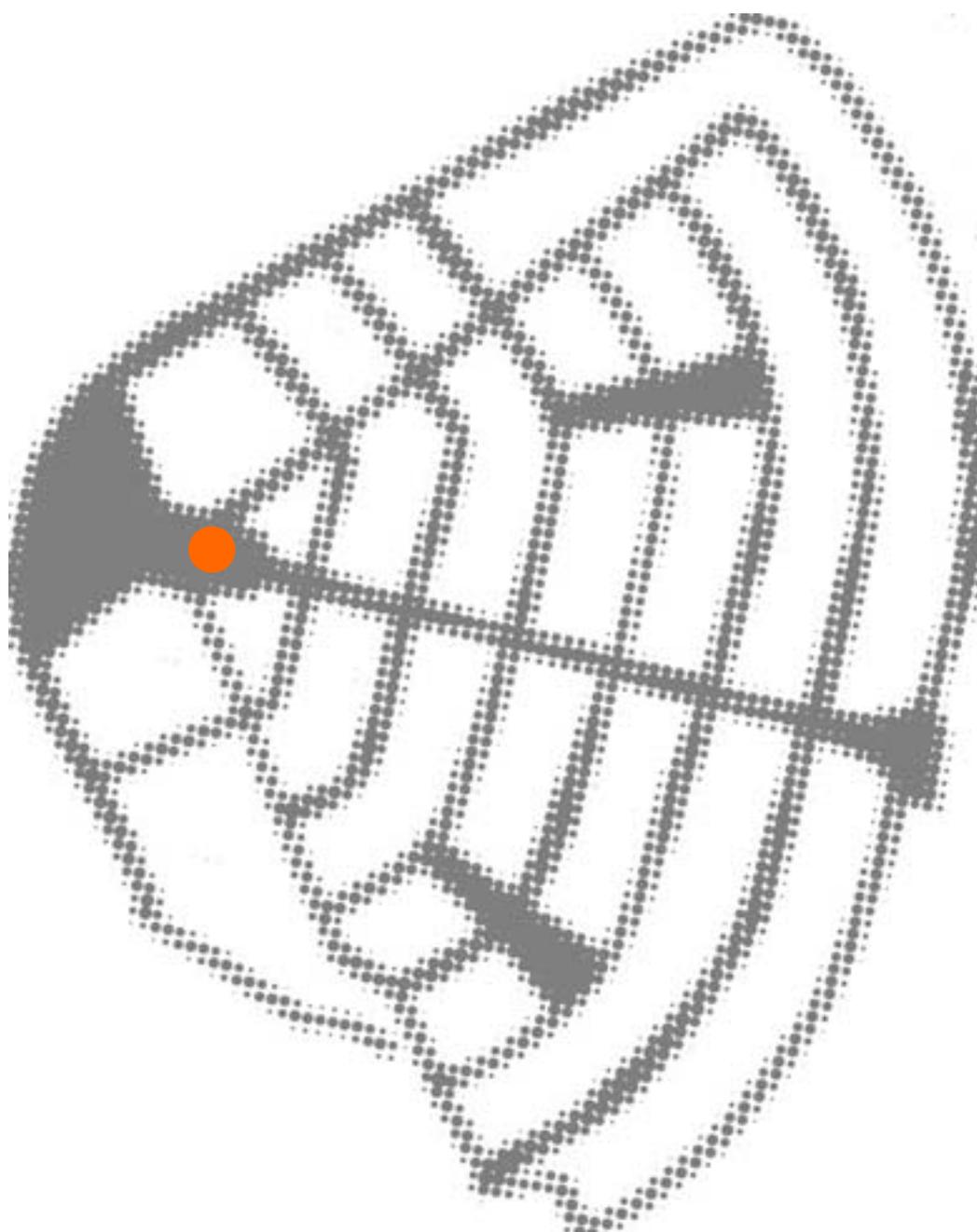


Fig. 40 Espaços Públicos do Bairro da Madre de Deus



● "E entre gente remota edificaram". Escultura abstracta implantada no topo da Alameda central do Bairro da Madre de Deus

Fig. 41 Obras de arte implantadas nos espaços públicos do Bairro da Madre de Deus

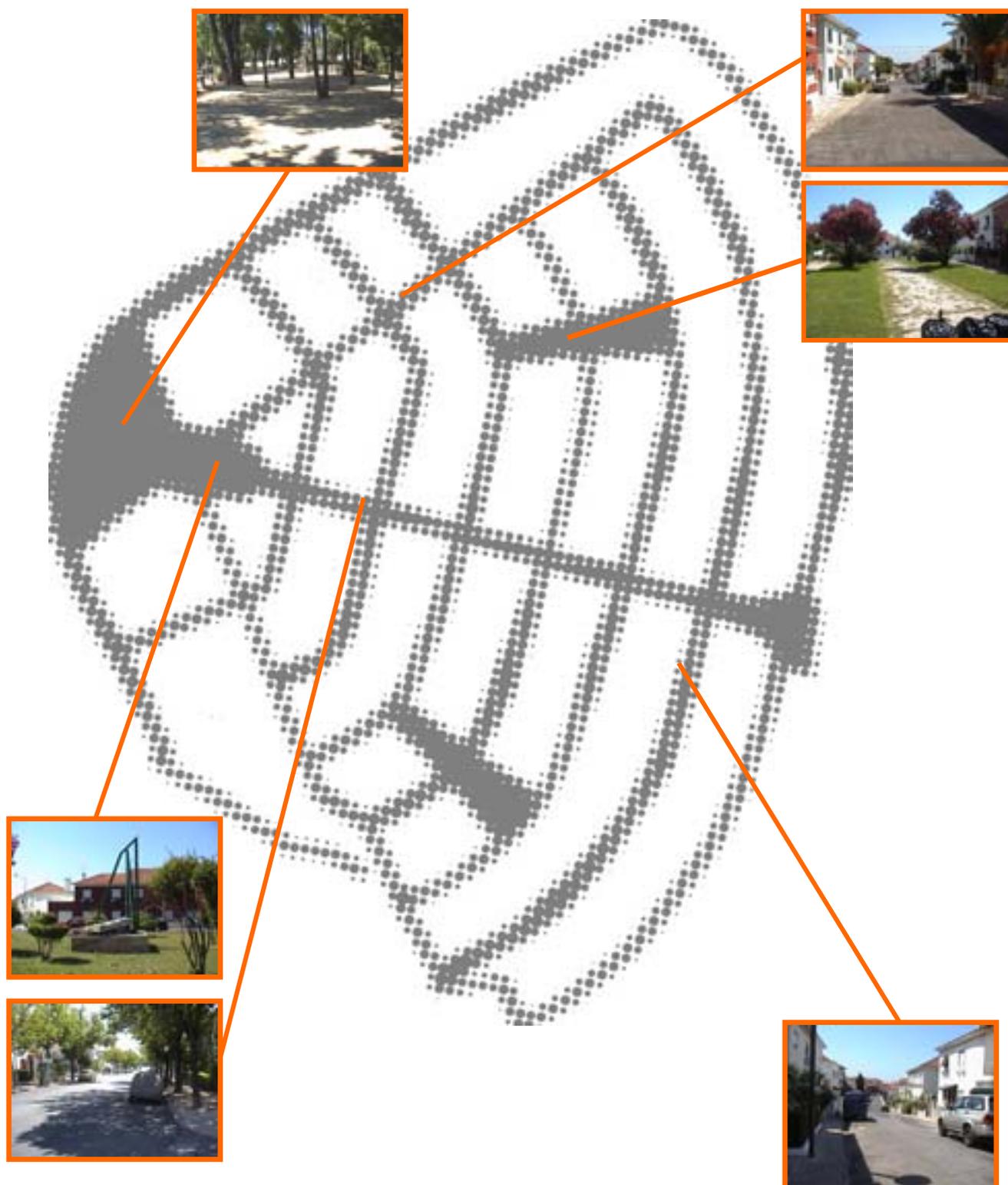


Fig. 42 Espaços Públicos do Bairro da Madre de Deus

Bairro da Madre de Deus. Imagens do espaço público

Casas-tipo



Ruas-tipo



Espaços de transição



Praças e outros “espaços de permanência”



Espaço público do Bairro da Encarnação (1940-1943)

O Bairro da Encarnação (Ver planta em anexo) está situado num terreno aproximadamente plano, na proximidade do Aeroporto de Lisboa. Na altura da construção do bairro em 1940 era uma área periférica e distante em relação à cidade.

Contrariamente à situação analisada anteriormente, no Bairro do Alto da Serafina, o arquitecto pôde projectar sem dificuldades, dada a inexistência de acidentes de ordem topográfica e geológica um bairro de grandes dimensões – é o maior bairro de casas económicas – que se dispõe de forma quase simétrica, semelhante à de uma borboleta, (Fig. 45) com uma malha urbana regular, com predomínio das ruas curvilíneas.

O bairro desenvolve-se a partir de um enorme eixo, a Alameda da Encarnação (Fig. 43), que conduz à grande praça central que é como que o coração do bairro. Este espaço é em parte ocupado por jardins e áreas verdes, e é circunscrito por um enfiamento de ruas curvilíneas.(Fig. 44)

A partir deste eixo desenvolve-se de forma quase simétrica o bairro. Existem dois outros eixos secundários conducentes a outros centros secundários de igual dimensão. O eixo estruturador do bairro e

as duas praças secundárias estão pontuados por intervenções artísticas (Fig. 46). A sua disposição adopta em planta, uma configuração simétrica.

Os eixos secundários, de menor largura e de diferente comprimento são também alamedas compostas por espaços verdes ao centro, ladeadas por vias de trânsito automóvel nos dois sentidos diferenciando-se muito, pela escala e largura da rua, das vias de acesso às habitações.



Fig. 43 Alameda Bairro da Encarnação, eixo principal do bairro, em 1940



Fig. 44 Rua de acesso a habitações, 1940

Entre estes eixos principal e secundários e os enfiamentos de ruas circulares acima referidos desenham-se as áreas onde se dispõem várias ruas de acesso às habitações. Estas seguem um desenho onde, como se referiu, predominam as vias curvilíneas, que em algumas áreas estabelecem desenhos concêntricos perceptíveis em planta. Os quarteirões são delimitados por planos de fachadas, contendo no seu interior os espaços de logradouro. Os quintais permanecem nas traseiras, confluindo com os quintais das outras

habitações e as fachadas estão sempre orientadas para as casas de frente.

Nestas áreas residenciais, do espaço não edificado, só uma pequena parte é espaço público, materializando-se em ruas estreitas e curvilíneas. Aparte, estão os dois grandes eixos

secundários, e o principal, a Alameda da Encarnação, com os seus jardins e áreas verdes destinadas a usufruto do bairro.

O bairro apresenta uma organização hierarquizada que concede diferentes dimensões às ruas, consoante a sua funcionalidade.

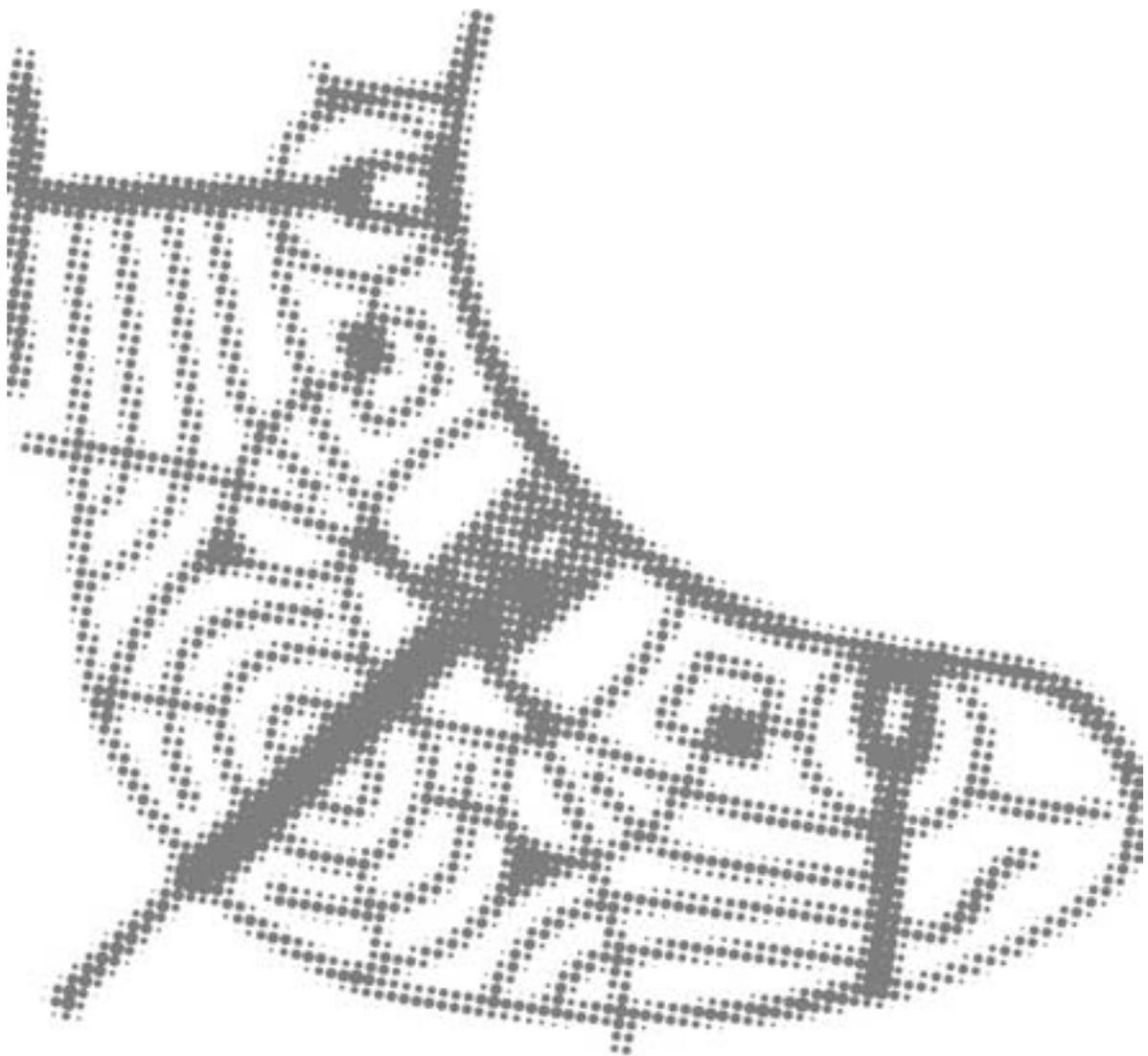


Fig. 45 Espaços Públicos do Bairro da Encarnação



-  Varina (1965). Escultura de vulto perfeito situada no jardim fronteiro ao Mercado da Encarnação Norte
-  Mulher (1963). Baixo-relevo em bronze adossado à fachada principal do Mercado da Encarnação Sul
-  Homenagem a Ferreira do Amaral, Governador de Macau (1935, recolocada em 1991) situada na entrada da Alameda da Encarnação

Fig.46 Obras de arte implantadas nos espaços públicos do Bairro da Encarnação

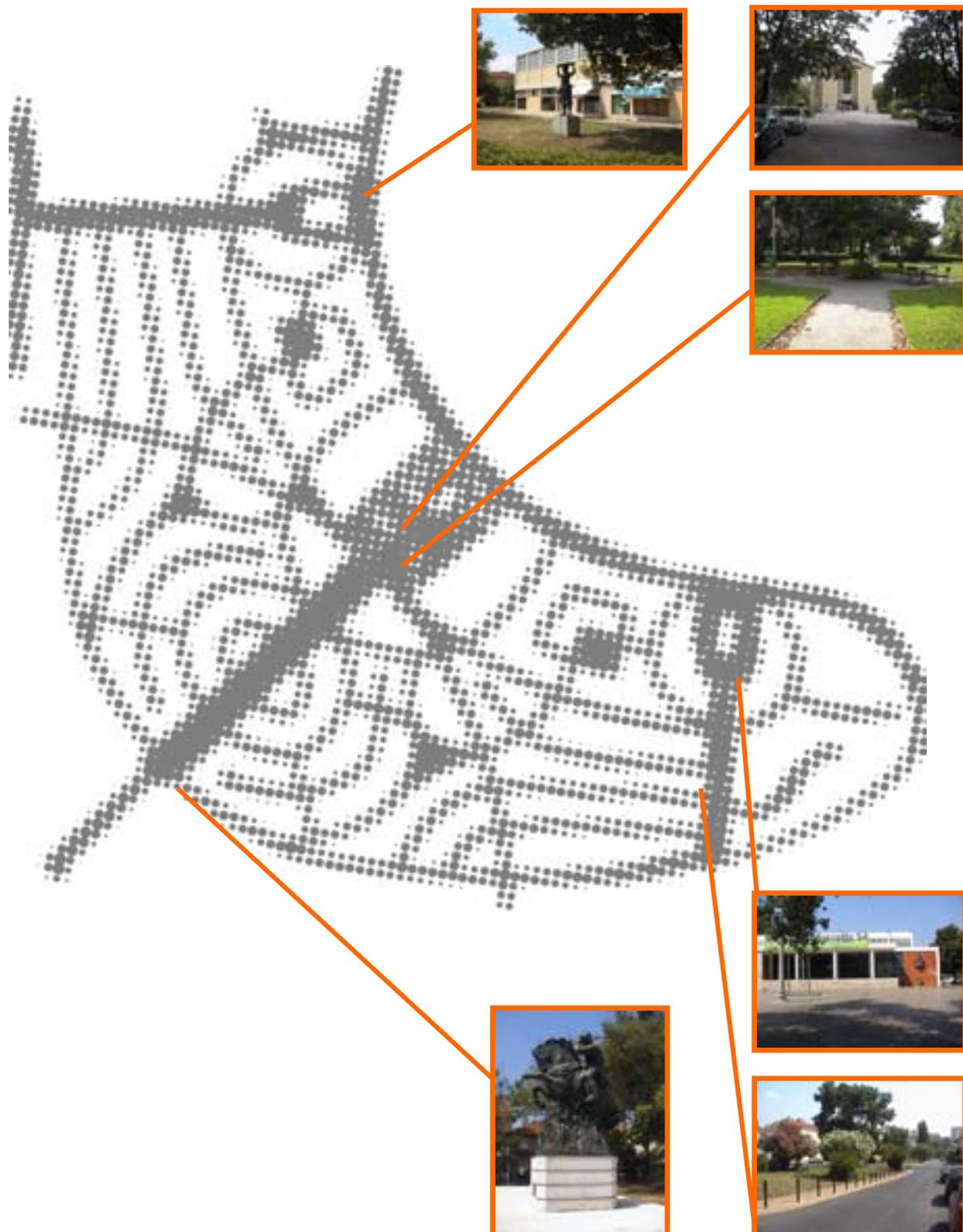


Fig. 47 Espaços Públicos do Bairro da Encarnação

Bairro da Encarnação. Imagens do espaço público

Casas-tipo



Ruas-tipo



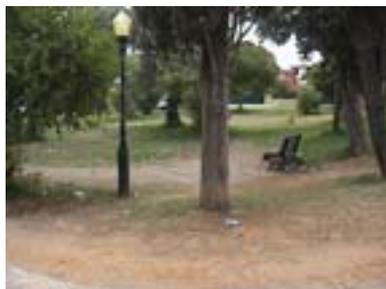
Alamedas



Espaços de transição



Praças e outros espaços de permanência



Edifícios de uso colectivo do bairro



Comentário

Da comparação entre os três casos em estudo ressalta a confirmação das observações desenvolvidas no capítulo dedicado aos processos de Parcelamento, Urbanização e Edificação. Em cada um dos bairros se adaptou como foi possível o “modelo” de simetria, sendo o Bairro da Madre de Deus o que melhor o encarna. O Bairro da Encarnação aproxima-se do modelo da cidade-jardim e o Bairro do Alto da Serafina desenvolve-se com grandes condicionantes topográficas e com a pré-existência do Aqueduto.

No primeiro momento do programa, aqui representado no estudo do caso do Bairro da Serafina, praticamente não se previram espaços de permanência e contacto entre os cidadãos. Existem ruas de acesso directo às casas, sem cruzamentos. Muitas vezes as casas estão orientadas para as traseiras das casas em frente. Esta ideia parece ser, de alguma forma, contrariada pela propaganda da época, onde as ruas estão apinhadas de gente aparentemente feliz e saudável.

No último momento do Programa das Casas Económicas em estudo, os bairros da Madre de Deus e da da Encarnação apresentam já uma concepção diferente do espaço público.

O Bairro da Madre de Deus apresenta a estrutura simétrica em leque, do “modelo” de bairros de casas económicas, mas as casas dispõem-se agora sempre frente a frente e já está dotado de um jardim público, ou mata, para usufruto da população do bairro.

No Bairro da Encarnação, o arquitecto pode propor um grande bairro, que, à semelhança do modelo da cidade-jardim apresenta grandes espaços públicos para dar aos habitantes o salutar contacto com a natureza. O maior deles e mais importante no bairro situa-se em frente à Igreja edifício que salvaguarda a ordem tradicional e os “bons costumes”.

Estes dois bairros do último momento em estudo apresentam também, pela sua dimensão, praças de menores e alamedas secundárias, ainda que em numero reduzido.

A característica mais marcante dos bairros são as suas ruas ao longo das quais se dispõem monotonamente as casinhas concebidas como uma imitação de aldeia, que se desenvolve por extensão no espaço.

Os bairros de casas económicas não eram planeados para o encontro de indivíduos, mas sim para o recolhimento. Cada um na sua casa, com a sua horta e o seu jardim.

ESTUDO DAS INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS

Intervenções Artísticas no Bairro do Alto da Serafina



Sereia. Baixo Relevo adossado à fachada central do Balneário da Serafina.

Sereia

Baixo-relevo cerâmico adossado à fachada central do Balneário da Serafina
Bairro do Alto da Serafina

Autor: Jorge Barradas

Data de realização: 1948

Localização: adossado à fachada principal, em cima da porta de entrada do Balneário da Serafina

Inauguração: 1949 (do Balneário)

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Bibliografia: Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1948, Lisboa, 1949

Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1949, Lisboa, 1950

Notas: Existe referência à execução deste baixo relevo nos Anais da Câmara Municipal de Lisboa - 1948. No Artigo 145º, respeitante à categoria de “Obras por empreitadas mediante concurso limitado”, da 5ª Repartição - Obras Municipais, dá-se conta do valor orçamentado e pago pela realização



Sereia. Baixo Relevo adossado à fachada central do Balneário da Serafina.

deste baixo-relevo, e de um outro para o Balneário de Alcântara, situado nas proximidades. O valor foi, em 1948, de 35\$00 (trinta e cinco escudos) para a realização dos dois baixo-relevos.

A inauguração do Balneário da Serafina teve lugar em 1949, tal como referem os Anais da Câmara Municipal de Lisboa do mesmo ano.

Está assinado:

JORGE BARRADAS
EXECUTADO PELO AUTOR
NA OFICINA V.L.
EM LISBOA NO
ANO 1948

Descrição:

O baixo relevo existente na fachada principal do Balneário da Serafina, por cima da entrada foi, como se referiu acima, encomendado a Jorge Barradas e realizado em 1948. A inauguração do Balneário só teve lugar em 1949, mais de quinze anos após início da construção do bairro.

O baixo-relevo representa uma sereia a tocar uma lira, ladeada por dois peixes e outros elementos marinhos, como búzios e ondas do mar. É um painel cerâmico pintado e vidrado, composto por 16 módulos, encimando a porta principal de entrada do balneário.

A temática relaciona-se de forma óbvia com a funcionalidade do edifício, apelando para o imaginário marinho. É um painel decorativo com simbologia fantástica que remete de forma poética para a água, elemento principal do edifício, um balneário.

Aqueduto das Águas Livres



A sereia dialoga também, por coincidência ou não, com o próprio aqueduto também ele intimamente relacionado com a água, e marcando assim reforçando uma certa o imaginário do bairro.



“E entre gente remota edificaram”, escultura abstracta implantada no Bairro da Madre de Deus

A escultura encontra-se danificada



Intervenções Artísticas no Bairro da Madre de Deus

“E entre gente remota edificaram”

Escultura “Visionista” implantada no topo da Alameda central do Bairro da Madre de Deus

Autor: Vieira Baptista, Júlio Quaresma e Velho (Grupo Visionista)

Dimensões aproximadas: 4 m de Altura

Materiais: Ferro pintado, mármore e cimento.

Data de realização: 1990

Localização: Obra implantada no topo da Alameda central do Bairro da Madre de Deus

Inauguração: Setembro de 1991

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura

Bibliografia: Site Lisboa Cultural

<http://www.lisboacultural.pt>

Notas: Os mesmos autores realizaram mais três obras de arte pública para a cidade de Lisboa inauguradas em 1991. A escultura encontra-se vandalizada.

Descrição: Escultura abstracta de ferro pintado de verde e cimento assente num plinto revestido em mármore. Apesar de se tratar de uma escultura abstracta, o seu título remete de imediato para a epopeia dos Descobrimentos e para o imaginário imperial português. “E entre gente remota edificaram” é um verso sobejamente conhecido d’Os Lusíadas, de Luís de Camões, poema épico nacional e símbolo dessa temática.



Varina. Escultura existente no jardim fronteiro ao Mercado da Encarnação Norte

Intervenções artísticas no espaço público do bairro da Encarnação

Varina

Escultura de vulto perfeito situada no jardim fronteiro ao Mercado da Encarnação Norte, Bairro da Encarnação Norte

Autor: José Laranjeira Santos

Materiais: bronze

Data de realização: 1965

Localização: situada no jardim fronteiro ao Mercado da Encarnação Norte

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Bibliografia: Estatuária de Lisboa; Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1963, Lisboa, 1964, p.112; Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1965, Lisboa, 1966, p.96; Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1967, Lisboa, 1968, p.111

Notas: Obra submetida à apreciação da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia em 1963 e 1965, juntamente com a outra obra para o Mercado da Encarnação Sul. Os Anais da Câmara referem a conclusão de um baixo-relevo em 1967, para este mercado e por este autor. É possível que se trate de um equívoco quanto à designação então dada.

O desfazimento entre a data que figura na própria obra e a data de conclusão referida pelos Anais da Câmara pode dever-se ao tempo que medeia entre a conclusão da obra em barro, a passagem a gesso e a passagem final a bronze.

Descrição:

A escultura de vulto perfeito existente no espaço fronteiro ao Mercado da Encarnação Norte, foi encomendada ao escultor José Laranjeira Santos, com a designação de *motivo decorativo*, juntamente com outra obra com a mesma designação para o Mercado da Encarnação Sul. Está datada de 1965, muito posterior ao início da construção do bairro.

A varina (vendedora de peixe e figura típica da cidade) é representada de pé, descalça, com a canastra (cesto) à cabeça, segura por ambas as mãos, avental posto, olhando em frente. É uma composição bastante estática, dada a quase total simetria em relação ao eixo central. A sua colocação neste local, prende-se talvez com a funcionalidade do Mercado.

A Varina em frente ao mercado.





Baixo Relevo em bronze adossado à fachada principal do Mercado da Encarnação

Mulher

Baixo relevo em bronze adossado à fachada do Mercado da Encarnação Sul

Autor: José Laranjeira Santos

Materiais: bronze

Data de realização: 1963

Localização: adossado à fachada principal do Mercado da Encarnação Sul

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Bibliografia: Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1963, Lisboa, 1964, p.112; Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1965, Lisboa, 1966, p.96; Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1966, Lisboa, 1967, p.112, Anais da Câmara Municipal de Lisboa – 1967, Lisboa, 1968, p.111

Notas: Obra submetida à apreciação da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia em 1963 e 1965, juntamente com a outra obra para o Mercado da Encarnação Sul. Nos Anais da Câmara refere-se que, em 1966, a realização do baixo-relevo ainda estava em curso. Dado como “executado” em 1967, pelos Anais da Câmara. O desfazimento entre a data que figura na própria obra e a data de conclusão referida pelos Anais da Câmara pode dever-se ao tempo necessário para a conclusão da obra.

Descrição:

O baixo-relevo existente na fachada do Mercado da Encarnação Sul foi encomendado ao escultor José Laranjeira Santos e está datado de 1963, embora a sua colocação definitiva seja posterior, de acordo com as publicações consultadas.

A escultura representa uma mulher ajoelhada, com um braço sobre o ventre e o outro, flectido, apoiando o cotovelo no ventre e a mão no rosto. A mulher é representada com um lenço na cabeça e envolta num grande véu, que lhe oculta parte do corpo.

O conjunto revela grande unidade formal, constituindo um volume único de onde sobressaem se detalham volumes mais pequenos, pormenores.

Esta representação parece remeter para as mulheres das povoações piscatórias, que esperam na praia, os maridos que regressam do mar. Talvez seja também a representação de uma vendedora de peixe.



Estátua equestre de homenagem a Ferreira do Amaral, Governador de Macau de 1846 a 1849, recolocada recentemente na Alameda da Encarnação

Homenagem a Ferreira do Amaral, Governador de Macau

Estátua equestre em bronze situada na entrada da Alameda da Encarnação

Autor: Maximiliano Alves, escultor e Arquitecto Carlos Rebelo de Sousa, autor do plinto inicial.

Materiais: Bronze

Data de realização: 1935

Localização inicial: Macau, China

Localização actual: entrada da Alameda da Encarnação

Inauguração inicial: 1940, Comemorações dos Centenários

Recolocação recente: 1999

Promotor da realização: Grupo de amigos e admiradores do homenageado

Promotor da colocação actual: Câmara Municipal de Lisboa

Bibliografia: Joaquim Saial, Estatuária Portuguesa dos anos 30

Nota: Na lápide actual pode ler-se: “João Maria Ferreira do Amaral/ (1803-1849) Militar Ilustre e Governador de Macau de 1846 a 1849/ Morto em 22 de Agosto de 1849 perto da porte do Cerco em Macau/ A estátua, de Maximiliano Alves, foi inaugurada em 24 de Junho de 1940/ Removida de Macau em Novembro de 1991/ Representa Ferreira do Amaral defendendo-se dos seus agressores”

Estátua de homenagem ao Governador de Macau

**Descrição:**

Esta obra, uma escultura equestre de grandes dimensões não foi realizada para este local. A sua realização data de 1935, e a sua primeira inauguração, em Macau, data de 1940, por ocasião das Comemorações dos Centenários. Como se referiu, trata-se de um monumento de homenagem ao Governador de Macau de 1846 a 1849, Ferreira do Amaral.

A realização da estátua foi promovida por amigos e admiradores do homenageado. É um monumento a um herói vencido. João Maria Ferreira do Amaral foi assassinado em 1849 pelo povo chinês, dado o ódio generalizado ao governador e às suas medidas impopulares.

O fim do domínio português no território implicou a recusa do monumento por parte das autoridades chinesas, que o devolveram a Portugal. Foi recolocado, sem o plinto original, na Alameda da Encarnação, um enquadramento cenográfico, com escala suficiente para acolher um monumento destas dimensões. A localização actual foi acompanhada de uma lápide explicativa da trajectória da obra.

Comentário

Os problemas têm de ser seriados e resolvidos pela sua ordem. É ridículo mandar vestir a casaca a um homem que não tem camisa...

Oliveira Salazar¹¹⁴

Como se viu, são poucas as intervenções artísticas nos três bairros estudados (5, no total).

No Bairro do Alto da Serafina, o bairro mais pobre, mais pequeno e de construção e verdadeiramente “económica”, correspondente aos primeiros tempo do programa, apenas há uma intervenção artística: o baixo-relevo representando uma Sereia, encomendada especificamente para o edifício onde se encontra adossada.

No Bairro da Madre de Deus, mais rico e maior em dimensão, cuja construção se levou a efeito durante a vigência do Regime dos Centenários, paradoxalmente, não foi colocada nenhuma escultura pública até ao ano de 1991. Neste ano foi colocada um escultura abstracta cujo título – um verso d’Os Lusíadas de Luís de Camões, poema épico nacional relacionado com os a Epopeia dos Descobrimentos - remete curiosamente para o imaginário imperial.

No Bairro da Encarnação, o bairro construído mais tardiamente dentro do lapso de tempo em estudo, há três intervenções artísticas. Duas delas do mesmo autor, representando uma Varina (vendedora de peixe) e uma Mulher; e uma mais recente, uma homenagem ao Governador de Macau, Ferreira do Amaral, uma estátua equestre. Esta estátua equestre foi recolocada após o fim da administração portuguesa no território de Macau (China).

A ausência de elementos artísticos coevos à edificações do bairros pode ser interpretada como falta de verba ou de desinteresse estatal, num momento em que a prioridade era ainda a de dotar o país das infra-estruturas básicas. Mais tarde, viria a realizar-se a construção dos edifícios públicos acompanhada frequentemente por intervenções artísticas de iniciativa estatal, já que estava previsto no Orçamento Geral de 1932 a concessão de um verba específica para realização de obras de arte nos edifícios públicos.

As intervenções artísticas promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa e concebidas especificamente para os espaços dos bairros durante a ditadura, acompanham sempre a construção de edifícios públicos de uso colectivo, designadamente um balneário e dois mercados.

As intervenções artísticas mais recentes, também colocadas por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, ocupam espaços deixados livres no momento da construção dos bairros, nos dois casos, as grandes alamedas principais. Quer a estátua equestre, quer a escultura abstracta são esculturas de vulto perfeito.

Nos casos em estudo a pontuação artística ocorre tardiamente em relação à data de edificação urbana (Fig. 48). No Bairro do Alto da Serafina, a construção teve início em 1933, o balneário onde está a obra inaugurou-se em 1949, e a obra data de 1948. No Bairro da Madre de Deus,

¹¹⁴ FERRO, António (1933). *Salazar, o homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, s.l., p 88

construção teve início em 1939, e a obra data de 1990 e foi inaugurada em 1991. No Bairro da Encarnação, a construção teve início em 1940 e duas das obras datam de 1963 e de 1965 e a mais recente data de 1999.

No caso do Bairro do Alto da Serafina, a pontuação artística tardou cerca de 16 anos, no caso do Bairro da Madre de Deus tardou cerca de 52 anos (!) no caso do Bairro da Encarnação, a pontuação artística tardou cerca de 25 anos. A pontuação artística dos espaços públicos, apesar de valorizada pelo regime, não era urgente.

Bairros	Ano de início da construção do bairro	Ano de inauguração da primeira intervenção artística	Ano de inauguração da última intervenção artística	Período de tempo aproximado entre construção do bairro e inauguração da primeira intervenção artística
Alto da Serafina	1933	1949		16 anos
Madre de Deus	1939	1991		52 anos
Encarnação	1940	1965 (?)	1999	25 anos

Fig 48- Quadro de relação entre anos de início de construção dos Bairros de Casas Económicas e as suas pontuações artísticas.

CONSIDERAÇÕES BREVES SOBRE OS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO POR PARTE DOS HABITANTES

A felicidade dos trabalhadores que habitam as pequenas casas que constituem os bairros económicos revela-se no carinho com que ornamentam e arrajam o interior das suas casas e tratam das pequenas hortas e jardins que dão aos agrupamentos das moradias um ar sadio e cheio de alegria

Casas Económicas, Sociedade de Propaganda Nacional, 1943

... da boa disposição do espírito vem a resistência para todas as agruras e dificuldades da vida. E essa modesta felicidade pode obter-se pela estética e racional acomodação no terreno de um pequeno jardim, entretenimento incompatível com a taberna e que moraliza e fixa as preocupações da família e do chefe, porque a convivência com as flores dulcifica todos os sentimentos e a cultura da terra interessa e vivifica na ânsia de alcançar o fruto e na paz do espírito que resulta da contemplação das suas maravilhas.

Manuel Vicente Moreira, Problemas da Habitação, 1950

Neste bairros, em que as ruas de acesso às casas são geralmente estreitas, os espaços de transição como as fachadas das casas e as áreas fronteiras, assumem a maior importância porque, sendo a casa unifamiliar é necessariamente a imagem pela relação de intimidade e proximidade que se estabelece com o transeunte.

As fachadas das casas e os espaços fronteiros revelam-se como elementos da maior importância para o entendimento da relação que as pessoas mantêm com o seu bairro, na medida em que projectam para o exterior, o espaço público, a imagem dos seus ocupantes.

Sabendo que, à partida, aquando da construção do bairro, as casas eram rigorosamente iguais, (Fig.49) pode observar-se hoje uma enorme variedade de soluções e interpretações desse espaço das fachadas e das áreas de transição que medeiam entre a fachada e a rua.

Poder-se-ia dar exemplos até à exaustão das formas muito diversas como as pessoas foram modificando esses espaços. Podem no entanto estabelecer-se algumas modificações que parecem ser comuns ou recorrentes, nomeadamente a decoração das fachadas com elementos simbólicos e a vedação dos espaços fronteiros às casas, privatizando-os, suprimindo-os ao espaço da rua e usando o espaço interior como jardim da casa, geralmente bastante cuidado.

A decoração das fachadas faz-se através da pintura em cores livremente escolhidas, e recorrendo a vários elementos que geralmente apontam sinais identitários. Predominam os painéis de azulejo, com representações várias, desde Santos protectores, a cenas de caça, ou frases de sabedoria popular.

Também são frequentes as pontuações simbólicas nos muros ou grades que limitam os



Fig. 49 Bairro da Calçada dos Mestres nos anos 50

espaços transitórios e se orientam para a rua, especialmente nas portas e portões, áreas que se revestem da maior importância simbólica. Abundam leões e águias – símbolos dos clubes de futebol mais importantes em Lisboa: o Sporting e o Benfica; mas também outros animais.

Verifica-se uma tendência para o “aportuguesamento”

das fachadas das casas, exagerando o aspecto “tradicional” que, à partida, já tinham. Por exemplo, exageram-se espontaneamente os alpendres, acrescentando-se-lhes telhados rebuscados e dá-se um ar mais “rústico” às colunas que os sustentam. Os espaços transitórios decoram-se com calçada portuguesa elaborada, canteiros esmerados de flores...

Mas estes espaços também acolhem manifestações estéticas espontaneas da criatividade dos moradores, em exposição permanente nesse palco que é o seu jardim.(Fig.50)

De uma situação inicial de uniformidade quase total das casas, passou-se a uma situação de multiplicidade de soluções até à exaustão. Os habitantes apropriam-se das suas casas, modelando-as à sua imagem, gostos e preferências.

O espaço público resulta de um desenho intencional do arquitecto planificador. Neste caso surgiu num contexto autoritário e repressivo, que impedia na



Fig.50- Embora houvesse restrições várias quanto à aparência das casas, permitia-se aos moradores intervir nos espaços fronteiros. O tratamento cuidado dos jardins era valorizado. Bairro do Alto da Serafina em 1945

prática qualquer alteração formal demasiado evidente nas fachadas. Era possível fazer melhoramentos mas sob uma comissão fiscalizadora rigorosa. Paradoxalmente elogiavam-se os actos de embelezamento dos jardins fronteiros. Com o passar do tempo as pessoas começaram a modificar as suas casas.

O desenho do espaço é assim feito, também, pelas pessoas na medida em que agem sobre aquilo que é seu, aquilo que é privado, mas que se situa nos limites do espaço público. Estes

espaços são extremamente importantes porque constituem a imagem do espaço bairro. Um cenário, que não é mais do que um desenho em contínua mudança, que contraria e subverte o traçado limpo original. Aos espaços de transição e às fachadas deve o bairro a riqueza da sua forma, a compensação à sua monotonia.

Processos de apropriação simbólica do espaço

Intervenções nas fachadas das casas



Intervenções nos espaços fronteiros às casas





Fig.51 Em 1940.



Fig. 52 Em 2003.

CONCLUSÕES

O Programa de Casas Económicas, enquanto construção legislativa e teórica, encarnava bem o espírito corporativo e autoritário do Estado Novo, na medida em que assentava na submissão do indivíduo em relação ao Estado, que o protegia, mediante o cumprimento de um conjunto de normas conducentes à manutenção da ordem social.

O Programa de Casas Económicas, reflectia também a importância concedida à Família, instituição defendida constitucionalmente e unidade fundamental do sistema corporativo.

O Programa de Casas Económicas estava ao serviço de uma ideologia política, reflectindo a convicção de se estar a construir uma sociedade ideal. Este foi o primeiro programa sistemático de habitação social em Portugal. Era uma construção idealizada e desligada da realidade, um modelo esteticizado que procurava impor ao país e à capital uma nova ordem urbana e social.

O Programa de Casas Económicas só se pôde levar a cabo com uma intensa intervenção dos poderes públicos e com uma rigorosa coordenação institucional e gestão dos recursos existentes. A numerosa construção de bairros de casas económicas na cidade de Lisboa deve-se à figura de Duarte Pacheco, não só nos primeiros anos de desenvolvimento do programa, enquanto Ministro das Obras Públicas, mas também e principalmente, a partir de 1938, quando este acumula o referido cargo com o de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Neste momento, no quadro do Regime dos Centenários e de uma nova política urbana, assente num regime de expropriações simplificado, foi possível a ampliação e construção de vários bairros de casas económicas e de casas desmontáveis, estabelecendo uma política de habitação social sistemática (ainda que em grande medida ineficaz), já que todas as tentativas anteriores tinham fracassado.

O Estado Novo tinha claramente uma visão política da encenação urbana e do espaço público. O facto de se tratar de um processo unitário e entregue aos poderes públicos, em que os momentos de parcelamento, urbanização e edificação se geriam de forma praticamente conjunta, permitiu a definição, à partida, dos conjuntos habitacionais e dos seus espaços públicos, que parecem ter obedecido a um modelo genérico, embora aplicado com algumas variantes. Este modelo consiste numa estrutura que se desenvolve simetricamente a partir de um eixo central e uma praça, pontuada por equipamentos de uso colectivo.

Os bairros de casas económicas que marcam a cidade de Lisboa são imediatamente reconhecíveis e caracterizam-se ainda hoje por funcionarem como “ilhas” sem articulação formal com o espaço circundante.

O espaço público dos bairros de casas económicas é um espaço altamente hierarquizado, quanto à forma que adopta em planta e às dimensões das várias ruas em relação a esse eixo central.

Os projectos dos bairros denotam uma consciência articuladora do espaço público. O espaço público ordena, articula e hierarquiza o território.

Os espaços públicos são predominantemente espaços de passagem, ruas com poucos cruzamentos, que não favorecem o contacto social entre habitantes dos bairros. Os espaços de permanência são espaços centrais, geralmente pontuados por um edifício de uso colectivo. Da comparação entre os bairros tomados com casos de estudo pode concluir-se que os bairros mais tardios, construídos sob o Regime dos Centenários, são maiores em dimensão e apresentam mais espaços públicos de permanência, nomeadamente jardins.

Mesmo assim e de um modo geral, os bairros são previstos no sentido promover um intenso controlo social e de cingir o indivíduo ao espaço da sua própria casa.

O elogio dos jardins fronteiros às casas, espaços transitórios entre a casa e a rua é permanente na propaganda da época. Este discurso enquadra-se na apologia da ruralidade esteticizada que elege significativamente os espaços transitórios, aqueles que, no espaço público mais se relacionam com o domínio privado.

O embelezamento da casa e do jardim, a vivência estética mais importante para os moradores dos bairros no discurso oficial, permitia ainda o seu “revigoramento moral”. Tudo estava impregnado de moralismo. O sentimento estético estava “moralmente” justificado.

O espaço público parece ser concebido para acolher monumentos. São construídas grandes alamedas cenográficas e praças onde existe espaço livre, aparentemente, para esse fim.

O Estado Novo tem uma visão política da implantação da arte pública, no entanto não se verifica a colocação de obras de arte nos espaços públicos dos bairros de casas económicas no momento da sua construção. As obras de arte são sempre colocadas posteriormente.

A ausência de elementos artísticos coevos à edificação do bairro pode ser interpretada como falta de verba ou de desinteresse estatal, num momento em que a prioridade era ainda a de dotar o país das infra-estruturas básicas. A pontuação artística dos espaços públicos, apesar de valorizada pelo regime, não era urgente.

As obras de arte apresentam geralmente uma escala pequena em relação ao espaço circundante onde se encontram implantadas.

A temática das obras de arte oscila entre o fantástico ou folclore e o imaginário imperial.

Os processos de apropriação simbólica do espaço das casas e dos jardins fronteiros levados a cabo pelos moradores através da pintura de cores diferentes, da colocação de objectos vários, etc. constituem uma importante contribuição para a realidade do espaço do bairro. Se nos primeiros anos de vida dos bairros de casas económicas, não havia duas casas diferentes, agora não há duas casas iguais.

Questões em aberto

Um importante questão em aberto é o averiguar dos mecanismos institucionais propriamente ditos no seio da Câmara Municipal de Lisboa, realcionados com a colocação de obras de arte no espaço público.

Uma outra questão a desenvolver é, obviamente, a de estudar as relações existentes com os Programas de Casas Baratas implementados em Espanha.

A recolha de memórias dos habitantes dos bairros é também um amplo e rico campo de trabalho para aprofundar seguidamente.

Outras questões que ficam em aberto dizem respeito às motivações para colocação mais recente de arte pública, especificamente no contexto da relação das cidades com o centro (exemplos ingleses e holandeses a partir dos anos 60).

Fica ainda pendente um estudo das condições em que se operou o melhoramento dos espaços públicos destes bairros, já num contexto de democracia, pós- 25 de Abril de 1974.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1987). *Actas do Colóquio O Estado Novo- das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Ed. Fragmentos, Lisboa
- ACCIAIUOLI, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Livros Horizonte, s.l.
- AMARAL, Francisco Keil (1969). *Lisboa, Uma Cidade em Transformação*, Publicações Europa-América, s.l.
- ALMEIDA, Paula (1994). «Habitação: a Produção de um Conceito», *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto
- ALVES, Fernando Manuel Brandão (1996). «Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano, Proposta Metodológica», Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Planeamento Regional e Urbano, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- Anais do Município de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa
- BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS 1934-1940, Edição da «Secção de Casas Económicas», Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Porto, 1940.
- BAPTISTA, Luís Vicente (1996). «A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa, Século Vinte», Dissertação de doutoramento em Sociologia apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- (1999). *Cidade e Habitação Social, O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Celta Editores, Oeiras
- BENEVOLO, Leonardo (2002). *Historia de la Arquitectura Moderna*, 8ª ed. Editorial Gustavo Gili, Barcelona (1ª ed. 1974)
- BRANDÃO, Pedro (coord.) (2002). *O Chão da Cidade, Guia de avaliação do design do espaço público*, Centro Português de Design ed., Lisboa
- BRANDÃO, Pedro e Antoni Remesar(coord.) (2000). *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, Centro Português de Design ed., Lisboa
- CASAS ECONÓMICAS, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, s.l.
- CLARK, Toby (1997). *Arte y propaganda en el siglo XX, La imagen política en la era de la cultura de masas*, Isabel Balsinde trad., Ediciones Akal, Madrid
- COELHO, António J. M. Baptista (1994). «É Preciso Integrar a Habitação Social na Continuidade Urbana», *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto
- Colóquio«A Política de Habitação»- Organizado pelo Conselho Económico e Social no Pequeno Auditório da Caixa Geral de Depósitos a 3 e 4 de Abril de 1997, Lisboa, 1998
- COSTA, João Pedro (2002). *Bairro de Alvalade – Um Paradigma no Urbanismo Português*, col. «Horizonte Arquitectura», Livros Horizonte, Lisboa.
- DIAS, Júlio (1994). «Tendências das Políticas Europeias Quanto aos Modelos de Habitação Social», *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto
- DOMINGO, Miquel, e Ferran Sagarra (1999). «Les Cases Barates i el papel de l'habitatge popular a l'urbanisme contemporani», OBÓN, Francesc, (coord.), *Barcelona. Les Cases Barates*, Ajuntament de Barcelona. Patronat municipal de l'habitatge, Barcelona
- Do Ó, Jorge Ramos. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" . 1933-1949*, col. "Histórias de Portugal", nº 45, Editorial Estampa, s.l.

(1992). «Salazarismo e cultura», SERRÃO, Joel e A.H. De Oliveira Marques (dir.)(1990). *Nova História de Portugal*, vol XII, Fernando Rosas (coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, Lisboa

FARIA, António. *O Problema das Casas Económicas (Esboço de Estudo)*, col. «Problemas do Nosso Tempo», nº 26/27, Biblioteca Cosmos, s.l.

FERREIRA, António Fonseca, Isabel Guerra e Maria João Freitas (coord.) (1994), *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade & Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto

FERREIRA, Maria Júlia (1988). «Habitação Social em Portugal, Breve História e Alguns Problemas», Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

FERREIRA, Rafael, Laborde e Víctor Manuel Lopes Vieira (1985). *Estatuária de Lisboa*, Tranquilidade Seguros ed., Lisboa

FERREIRA, Vítor Matias (1987). *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, col. «Universidade Moderna», nº 81, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

FERRO, António (1933). *Salazar, o homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, s.l.

FRANÇA, José-Augusto (1991). *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, 3ª ed., Bertrand Editora, Venda Nova

(1997). *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 4ª ed., Livros Horizonte, Lisboa

FREITAS, Maria João (1994). «Os Paradoxos do Realojamento», *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto

GIEDON, S. «La Necesidad de una Nueva Monumentalidad», in GIEDON, S. (1997) *Escritos Escogidos*, C.O.A.T. Múrcia.

GROS, Marielle Christine (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Ed. Afrontamento, Porto

(1994). «Pequena História do Alojamento Social em Portugal», *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto

HOWARD, Ebenezer, *Les Cités-Jardins de demain*, Th. Elzière trad., 11/24, Ed. Sens&Tonka

JANARRA, Pedro (1994). «A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo, O Caso do Bairro de Alvalade (Entre o Projecto e o Concretizado)», Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, na área da Sociologia Rural e Urbana, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

LAMAS, José M. Ressano Garcia (2000). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 2ªed., Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, s.l.

LOBATO, Luís Guimarães (1952). *Lisboa Urbanismo e Habitação, Subsídios para o seu Estudo*, XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Arte&Comunicação, Edições 70, Lisboa

MADERUELO, Javier (ed.) (2001). *Arte Público: Naturaleza y Ciudad*, Fundación César Manrique, Lanzarote

MICHONEAUX, S. (2002). *Barcelona, Memória e Identitat*, Eumo ed., Barcelona

MONTEZ, Paulino (1935). *A Estética de Lisboa*, Lisboa

NETO, Maria João Baptista (2001). *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto

NORA, Pierre (dir.) (1981-1992). *Les Lieux de Mémoire*, 3 vols., Quarto- Gallimard ed., Paris

OBÓN, Francesc. (coord.), *Barcelona. Les Cases Barates*, Ajuntament de Barcelona. Patronat municipal de l'habitatge, Barcelona

PEREIRA, Nuno Teotónio e José Manuel Fernandes (1986). «A arquitectura do Estado Novo 1926-1959», in *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Ed. Fragmentos, Lisboa

PEREIRA, Paulo (dir.) (1995). *História da Arte Portuguesa, Do Barroco à Contemporaneidade*, 3º vol., col. Temas de História, Temas e Debates ed., s.l.

PINTO, Teresa Costa (1994). «A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O Gosto pela Casa e o Desgosto pelo Bairro», *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas- Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto

POL, Enric (1996). «La apropiación del espacio», *Cognición, Representación y Apropiación del Espacio*, Col.leció Monografies Psico/Socio/Ambientals, 9, Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona (p. 45-62)

POL, Enric e Sergi Valera (1998). «Calidad de vida, identidad y sostenibilidad», *Revista Treball Social*, nº 149, (p.21-35)

(1999). «Symbolisme de l'espace publique et identittée sociale», *Villes en Parallele*, nº28/29, Paris

PORTAS, Nuno (1977). «A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Uma Interpretação», in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, 2 vols, Ed. Arcádia, Lisboa.

Previdência e Habitação, Fundamentos da Política Social e Corporativa II (1961), Col. «Formação Social», Série E, nº 2, Biblioteca Social e Corporativa, Edição da Junta da Acção Social, Plano de Formação Social e Corporativa, publicação nº 19, Ministério das Corporações e Previdência Social.

Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947, vol. I Livro de Ouro, Ministério das Obras Públicas, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948

REMESAR, Antoni (ed.) (2002). *The arts in urban development*, 2ª ed., Waterfronts of Art II, Polis Research Centre, Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona (e-Book)

(ed.) (2001a). *Art for Social Facilitation*, 2ª ed., Waterfronts of Art I, Col.leció Monografies Socio/Ambientals, 30, Polis Research Centre, Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona (e-Book)

(2001b). *@rte contra el pueblo, Tensiones entre la democracia, el diseño urbano y el arte público*, 2ªed., Col.leció Monografies Socio/Ambientals, 24, Polis Research Centre, Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona (e-Book)

(2003). «Arte e espaços públicos. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano», in *Design do espaço público: deslocação e proximidade*, Pedro Brandão e Antoni Remesar (eds.), Centro Português de Design, Lisboa

ROSAS, Fernando (1986). *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938, Elementos Para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*, Editorial Estampa, Lisboa

(1995). *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945, Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas*, Editorial Estampa, Lisboa

RUBIÓ, Manuel de Solá- Morales i (1991). *Las formas de crecimiento urbano*, Col.lecció d'Arquitectura, Laboratori d'Urbanisme, Editions Universidad Politècnica de Catalunya, Barcelona

SAIAL, Joaquim (1991). *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*, Bertrand Editora, s.l.

SERRÃO, Joel e A.H. De Oliveira Marques (dir.) (1990). *Nova História de Portugal*, vol XII, Fernando Rosas (coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, Lisboa

SILVA, Carlos Nunes (1994). *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, col. «Cidade de Lisboa», Livros Horizonte, Lisboa.

III Plano de Fomento para 1968-1973- Emprego e Política Social, Habitação e Urbanização, Saúde, Ed. Presidência do Conselho.

TRINDADE, Cachulo da (1951). *Casas Económicas, Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Famílias Pobres, Legislação Anotada*, Coimbra Editora, Coimbra.

VALERA, Sergi e Enric Pol (1994). «El concepto de identidad social urbana, una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental», *Anuario de Psicología*, nº 62, vol. 3, (p.5-24)

Vinte e cinco anos de Serviços Culturais. Exposição Comemorativa. Palácio Galveias. (1959), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa

ZEVI, Bruno (1977). *História da Arquitectura Moderna*, 2 vols, Ed. Arcádia, Lisboa.

Imagens do Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa: Figuras numero 29, 30, 32, 33, 38, 39

Imagens retiradas de FERREIRA, Vítor Matias (1987). *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, col. «Universidade Moderna», nº 81, Publicações Dom Quixote, Lisboa.: 18, 20

Decretos Lei consultados

- 1918 Decreto lei nº 4137
- 1928 Decreto lei nº 16055 de 22 de Outubro
- 1933 Decreto lei nº 23052, de
- 1938 Decreto lei nº 28912, de 12 de Agosto
- 1943 Decreto lei nº 33278, de 24 de Novembro
- 1945 Decreto lei nº 34486, de 6 de Abril
- Lei nº 2007, de 7 de Maio
- 1946 Decreto lei nº 35611, de 25 de Abril